

SEGURANÇA PÚBLICA

Apreensões de drogas disparam no Paraná no começo deste ano

Quantidade de pés de maconha, crack e maconha apreendidas chegaram a crescer quase seis vezes nos dois primeiros meses de 2025

Rodolfo Luis Kowalski

Após um 2024 de recordes, as apreensões de drogas seguem em alta no Paraná neste começo de 2025. É o que mostram dados do Centro de Análise, Planejamento e Estatística (Cape) da Secretaria da Segurança Pública (Sesp), os quais apontam que a apreensão de alguns tipos de drogas chegaram a crescer quase seis vezes nos dois primeiros meses do ano.

A maconha, como já é costume, tem sido o grande destaque das apreensões. Em 2025, 91,33 toneladas da droga já foram tiradas de circulação, um aumento de 164,9% na comparação com as 34,48 toneladas do mesmo período do ano passado. Além disso, as apreensões de pés de maconha também estão mais comuns: foram 1.076 unidades apreendidas neste ano, contra 182 em 2024, um aumento de 491,2%.

Além disso, os números oficiais também apontam para uma alta expressiva (de 267,9%) nas apreensões de crack, que subiram de 280 quilos num ano para 1.030 no outro. Da mesma forma, as apreensões de ponto de LSD tiveram aumento de 32,1%, passando de 1.108 para 1.464.

Por outro lado, as apreensões de ecstasy e cocaína tiveram queda. No caso da primeira droga, esse recuo foi de 20,2%, com 7.931 comprimidos apreendidos nos dois primeiros meses deste ano ante 9.934 no mesmo período de 2024. Já no caso do pó, as apreensões recuaram 32,2%, passando de 959 quilos num ano para 650 no outro.

Ao longo de todo o ano passado (janeiro a dezembro), mais de 483 toneladas de maconha foram apreendidas no Paraná, bem como 5,7 toneladas de cocaína e 2,18 toneladas de crack. As apreensões alcançaram um patamar inédito no estado desde 2019, pelo menos. Mas os números da Sesp já indicam a possibilidade de um novo recorde acabar sendo estabelecido neste ano.



Franklin de Freitas

Drogas: ano de 2024 já havia encerrado com recorde de apreensões no PR

INDICADORES ECONÔMICOS

Em ano de recorde nacional, Paraná criou 314.203 empresas em 2024

Segundo dados do Indicador de Nascimento de Empresas da Serasa Experian, o Brasil bateu recorde na abertura de empresas em 2024, com 4,3 milhões de novos negócios registrados – um crescimento de 12,3% em relação a 2023. O setor de “Serviços de Alimentação” liderou as aberturas, representando 6,5% do total.

O Paraná aparece em quarto lugar no ranking de criação de empresas, com 314.203 criadas, atrás apenas de São Paulo (1.344.434), Minas Gerais (459.819) e Rio de Janeiro (352.227).

“O crescimento da demanda por comida pronta, a popularização dos aplicativos de entrega e os baixos custos iniciais para abertura de negócios, aliados a um amplo leque de possibilidades criativas, ajudam a explicar por que esse segmento lidera o surgimento de novas empresas. Além disso, o

Brasil se destaca como um ambiente fértil para a inovação e o empreendedorismo”, comenta a economista da Serasa Experian, Camila Abdelmalack.

Na visão macro dos setores, foi “Serviços” que liderou a criação de empresas em 2024 (73,6%), seguido por “Comércio” (19,2%), Indústria (6,0%) e “Demais”, que inclui segmentos Primário, Financeiro e Terceiro Setor, (1,2%).

Na formalização dos negócios, a escolha predominante foi a categoria de Microempreendedores Individuais (MEIs) (71,7%), com “Sociedades Limitadas” logo depois (22,3%).

A Serasa Experian é a primeira e a maior Datatech do Brasil. Líder em soluções de inteligência para análise de riscos e oportunidades, com foco nas jornadas de crédito, autenticação e prevenção à fraude.

TARUMÃ

Via marginal da Linha Verde terá bloqueio de 60 dias

A obra do Complexo do Tarumã, na Avenida Victor Ferreira do Amaral, vai exigir uma pequena alteração no trânsito da região. A partir das 7 horas desta quinta-feira, será feito o bloqueio total de um trecho na via marginal direita Sul da Linha Verde (antiga BR-476), ao lado do DNIT, no trecho entre a Rua Doutor Heitor Valente até a Rua Coronel Irazê Paes Brasil, na Praça Cova da Iria. O bloqueio é de apenas uma quadra e não deverá causar grande impacto, já que amplia para uma pequena extensão uma área que já estava com restrição de passagem.

A interrupção aos motoristas tem previsão de duração de 60 dias e é necessária para escavações e serviços de drenagem e para a execução da nova pavimentação do acesso ao Viaduto Tarumã. O desvio deverá ser feito pela Rua Suécia, recentemente requalificada pela Prefeitura de Curitiba, em 640 metros de extensão, desde a marginal da Linha Verde até a Rua Engenheiro Antônio Batista Ribas.

O motorista que estiver na marginal da Linha Verde e quiser acessar o bairro Tarumã ou seguir em direção a Pinhais ou Piraquara deve entrar à direita na Rua Suécia, seguir por duas quadras até a Rua General Poli Coelho.

COLUNA DO MIAU
 Maurício Carraro | miaucarraro@yahoo.com.br



Foto: Pedro Tressi



Uma das belas obras do artista Nelson Leirner, exposta na Caixa Cultural

Passeio no Parque

Esta é a imagem que temos ao conhecer a bela exposição “Nelson Leirner - Parque de Diversões”. A mostra reúne 70 obras criadas pelo artista, nos últimos 20 anos. Já estão expostas na Caixa Cultural e irá até o dia 29 de junho. A entrada é gratuita. Super recomendo!

Dupla Boa

O renomado chef, Ivan Lopes, receberá na próxima edição do evento “DoisChefs - Um Menu”, o chef Thiago Abduch, do Restaurante Maria Eugenia. O cardápio a quatro mãos será elaborado no dia 16 de Abril, no Copon por Ivan Lopes. Rua Mauá, 110 - Alto da Glória. Reservas no aplicativo da casa

Festival Mundial da Criatividade

Ou, como preferir, “World Creativity Day 2025”, volta a Curitiba. O evento será realizado em vários espaços culturais da nossa cidade, entre os dias 21 e 23 de Abril. Serão oferecidas mais de 50 atividades gratuitas.

AVALIE

- Nesta quinta, a divertida Banda K7 se apresenta no Jokers. 20hs
- Sexta, tem mais uma edição do Rock Vinil, no Clube Curitibano. A atração será a Banda Biquini.
- Nos dias 11m 12 e 19 de Abril, o Shopping Curitiba oferece várias atividades infantis. Inclusive Caça aos Ovos Dengo
- Entre Abril e Junho, a PUC-PR oferece oficinas gratuitas de astronomia.

No mais, uma ótima semana a todos!

PUBLICIDADE LEGAL

LEILÃO DE CASA - CURITIBA/PR Online

Leilão de Alienação Fiduciária - Dora Plat, Leiloeira Oficial inscrita na JUCESP sob nº 744, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizada pelo Banco Bradesco S/A, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas e hora infrascriptas, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel: Curitiba/PR. Guaíra. Rua Assis Figueiredo, nº 928. Casa nº 11** (Parte do Lote 1/2 da Quadra 1), Condomínio Residencial Encantado. Áreas totais: terreno: 143,75m², e constr.: 121,96m². Matr. 58.292 do 5º RI local. **Obs.:** Caberá ao arrematante, providenciar às suas expensas, toda e qualquer regularização física e documental do imóvel, perante os órgãos competentes, quando for o caso, tais como, Prefeitura e Oficial de Registro de Imóveis, independentemente da data da sua constituição, tais como regularização de cadastro de contribuinte perante a Prefeitura, regularização de numeração do prédio e/ou do logradouro, averbações de demolição/construção, unificações, desmembramentos, áreas totais, respondendo por quaisquer ônus, providências e eventuais tributos cobrados retroativamente pela Municipalidade. Consta ação nº 0000867-84.2014.8.16.0194 - 22ª Vara Cível de Curitiba, o vendedor responde pelo resultado da ação, de acordo com os critérios e limites estabelecidos no edital. Ocupado. (AF). **1º Leilão:** 28/04/2025, às 11:00 h. Lance mínimo: **R\$ 637.000,00.** **2º Leilão:** 30/04/2025, às 11:00 h. Lance mínimo: **R\$ 382.200,00** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Obs.:** Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site www.portalzuk.com.br. **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da Lei 9.514/97, incluído pela Lei 13.465 de 11/07/2017.

Mais informações: Whatsapp: (11) 99514-0467
 Edital completo disponível nos sites:
<https://VITRINEBRADESCO.com.br/> | PORTALZUK.com.br

CONSÓRCIO BOSKALIS FABIO BRUNO DEC

CNPJ nº 39.309.282/0001-49

AVISO: Torna público que, em 06/12/2024, as sociedades integrantes do Consórcio celebraram a Primeira Alteração ao Instrumento Particular de Constituição de Consórcio ("Primeira Alteração") de modo a, entre outras coisas, (i) formalizar a retirada da SLI Meio Ambiente Infraestrutura Ltda. (CNPJ nº 09.551.724/0001-06) do Consórcio, bem como (ii) alterar a denominação social do Consórcio. A Primeira Alteração, em seu inteiro teor, foi devidamente arquivada na Junta Comercial do Paraná, no dia 04/02/2025, sob o nº de protocolo: 20250243563, NIRE nº 41500352881 e sob o código de verificação nº 12501999680.

MÉDIO NORTE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.

CNPJ/MF Nº 10.466.676/0001-29 NIRE 41207413707

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS

Convocamos os sócios quotistas da Médio Norte Participações Societárias Ltda., com sede na Av. República Argentina, nº 210, sala 1201, sala 02, Água Verde, Curitiba/PR, para Reunião de Sócios Quotistas a se realizar na sede social, às 10h, em 16 de abril de 2025, para discutir e deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: alteração da sede social para a Rua Padre Agostinho, nº 963, conjunto 301, sala 09, Edifício One Taunay, São Francisco, Curitiba/PR.

Curitiba, 03 de abril de 2025.

Airton Cavalca
Sócio Administrador

EDITAL DE INTERDIÇÃO DE - RAFAEL TREVISAN, BRASILEIRO, SOLTEIRO, PORTADOR DA CÉDULA DE IDENTIDADE - RG SOB O Nº 13.666.455-7 SESP/PR, INSCRITO NO CPF/MF SOB O Nº 104.572.309-67, PRAZO DE 30 DIAS. A Doutora Camila Mariana da Luz Kaestner, MMª Juíza de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, etc. FAZ SABER que perante este Juízo e cartório processam os termos dos autos nº 0004182-63.2024.8.16.0035 de Ação de Interdição, que são requerentes Paulo Cesar Trevisan e Eliane Cristina Starosta Trevisan, e requerido Rafael Trevisan, tendo sido a lide julgada procedente e decretada a interdição do requerido, sendo-lhe nomeados Curadores os requerentes Paulo Cesar Trevisan e Eliane Cristina Starosta Trevisan, sendo a causa da interdição: paralisia cerebral (CID G80), sem condições de gerir sua própria vida, sendo os limites da curatela: restrita a aspectos patrimoniais e negociais. Assim, determinou a expedição deste edital a ser publicado pela imprensa na forma do artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil. Nada mais. Para constar lavrou-se o presente edital. São José dos Pinhais, aos 20 de 2023. Eu (Sandro Isidoro Bonato), Juramentado que o digitei e subscrevi. Subscrição autorizada pela MMª Juíza - Portaria 15/2023

HIDRELÉTRICA SANTA BRANCA S/A

CNPJ/MF: 19.322.873/0001-49 | NIRE: 41.300.094.292

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Convidamos os senhores acionistas para Assembleia Geral Ordinária, no dia 30 de abril de 2025, às 14h00, em primeira convocação e às 14h30min, em segunda convocação, na Rua Mateus Leme, 1970, 2º andar, Curitiba/PR, CEP 80530-010, com a seguinte Ordem do Dia: a) tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício de 2024; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; c) outros assuntos de interesse geral. Informa-se que as Demonstrações Financeiras da Companhia foram publicadas por meio da Central de Balanços, conforme LC 182/2021.

José Maria AbuJamra - Diretor da Hidrelétrica Santa Branca S.A.

ÁLCOOL DO PARANÁ TERMINAL PORTUÁRIO S.A.

CNPJ nº 04.087.783/0001-43 NIRE 41.300.069.832

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam as acionistas da Álcool do Paraná Terminal Portuário S.A. convocadas a se reunirem presencialmente em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 28 de abril de 2025, às 10:15 horas, na sede social da Companhia, situada no Município de Paranaguá, Estado do Paraná, na Avenida Bento Rocha, nº 1.371, térreo, Dom Pedro II, CEP 83221-565, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) deliberação sobre a destinação do resultado do exercício; e (iii) eleição dos membros da Diretoria e fixação da respectiva remuneração. Paranaguá, 09 de abril de 2025. Paulo Meneguetti - Diretor Presidente.

INSTITUTO NACIONAL
DO SEGURO SOCIALMINISTÉRIO DA
PREVIDÊNCIA SOCIAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PE nº 90001/2025 - UASG 510181

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, através de sua Superintendência Regional Sul (SRSUL), torna público o Pregão Eletrônico nº 90001/2025, Processo nº 35014.440690/2024-47, cujo objeto é a contratação de serviços contínuos de manutenção predial preventiva e corretiva, por demanda, para os imóveis dos Polos Regionais IV, VI, VII e VIII, vinculados à Superintendência Regional Sul - SR Sul, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 4. O edital e demais documentos do processo já estão disponíveis no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras> e também podem ser acessados presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 9h às 16h, na Praça Pereira Oliveira, 13, Sala 204, Centro, Florianópolis/SC. Entrega das propostas: a partir de 10/04/2025, às 9h, pelo site www.gov.br/compras. Abertura das propostas: dia 28/04/2025, às 10h, também pelo www.gov.br/compras.

ALESSANDRA MUSSI DA SILVA
Pregoeira**CONSÓRCIO CAIUÁ AMBIENTAL - CICA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES****AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL - CICA
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 004/2025
DISPENSA ELETRÔNICA: Nº 004/2025

PREÂMBULO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL - CICA, inscrito no CNPJ sob nº 15.255.346/0001-08, situada na Rua Professora Neusa Cascão Borba, 1691, sala 2, Jardim Antigo Aeroporto, Cidade de Paranavai, por intermédio da Comissão de Licitação designados pela Portaria Nº 038, de 10/09/2024, e com a devida autorização do Excelentíssimo Senhor Presidente, José Gabriel Gonçalves Fachiano, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações em vigor, vem através deste, tornar público a dispensa na forma eletrônica, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e da Resolução nº 09/2024 e demais legislações aplicáveis e exigências estabelecidas neste Aviso.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na disponibilização de sistema de registro de ponto eletrônico para controle de entrada e saída dos servidores do CICA, através da disponibilização digital, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

DATA DA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL: 10/04/2025.**DATA DA SESSÃO:** 16/04/2025**HORÁRIO DA FASE DE LANCES:** Das 08:00 até as 14:00 horas.**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 1.800,00 (Mil e oitocentos reais)**PUBLICAÇÃO:**

O aviso deste Edital será publicado no Diário Eletrônico dos Municípios do Estado do Paraná, endereço: www.diariomunicipal.com.br, órgão oficial de divulgação do Consórcio, no Jornal Bem Paraná pelo endereço: <https://www.bemparana.com.br>, e no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/ acesso-a-informacao/consulta-detalhada>, Unidade Compradora Cód. UASG "928527".

O presente instrumento também será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), <https://pncp.gov.br> na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021.

Paranavai, 09 de abril de 2025.

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIOS: PAULO ALEXANDRE SIQUEIRA, MATEUS MOREIRA SIQUEIRA e KEITY JULIAN SIQUEIRA DE SOUZA PRAZO DE 45 dias úteis O(A) Juiz(iza) de Direito Marcelo Teixeira Augusto, da Vara Cível de Rio Branco do Sul, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Ordinária, sob nº 0001172-05.2020.8.16.0147, em que (são) autor(es) CINTIA DE FATIMA ZEM e VANDERSON CALEBE CARDOSO DE CRISTO, e que por este edital procede à CITAÇÃO dos confrontantes PAULO ALEXANDRE SIQUEIRA, MATEUS MOREIRA SIQUEIRA e KEITY JULIAN SIQUEIRA DE SOUZA, herdeiros de JULIO CEZAR DE SIQUEIRA, e seus cônjuges, se casados forem, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do pedido de usucapião, onde foi alegado em síntese o seguinte: "Os requerentes adquiriram o imóvel constituído de um terreno urbano no Centro, neste município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná, com área de 312,31 m², conforme memorial descritivo elaborado pelo agrônomo Odemar Pinheiro da Luz, o qual o possui por si e por seus antecessores, há mais de vinte e um anos, de forma, mansa, pacífica, ininterrupta e sem oposição de terceiros: ao norte confronta-se com CARLOS AUGUSTO SIQUEIRA; ao oeste confronta-se com HERDEIROS DE JULIO CEZAR SIQUEIRA; ao leste confronta-se com CARLOS AUGUSTO SIQUEIRA; O imóvel acima descrito encontra-se totalmente cercado, e sempre foi respeitado por todos os vizinhos e confrontantes, anteriormente como propriedade dos cedentes e seus antecessores, e agora, como sendo propriedade dos requerentes. Sobre o imóvel não existe qualquer demanda, discussão ou pendência que possa impedir a declaração de domínio em favor da Requerente. A posse do imóvel vem sendo conservada, mansa e pacificamente por si e seus antecessores, atendendo assim os requisitos legais para a declaração de domínio em favor dos autores....", nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente transcrito: "01. Esgotados os meios para localização dos herdeiros do confrontante, Defiro a citação por edital (seq. 286.1), com fundamento no artigo 275, §2º, do CPC. 02. Citem-se os herdeiros por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, observando-se o contido no artigo 257 do CPC. 03. Intimações e diligências necessárias, servindo a presente como mandado/ofício". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Adriana de Moraes Veloso Portes de Oliveira, Analista Judiciária, conferi e digitei

BARI SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF 10.608.405/0001-60 - NIRE 41.300.313.067

Edital de Convocação da Assembleia Especial dos Investidores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 99ª (Nonagésima Nona) Série da 1ª (Primeira) Emissão da Bari Securizadora S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 99ª (nonagésima nona) série da 1ª (primeira) emissão da Bari Securizadora S.A. ("CRI", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), nos termos da cláusula 12.3 e seguintes, do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 99ª série da 1ª Emissão da Bari Securizadora S.A. celebrado em 18 de março de 2022 ("Termo de Securitização"), entre a Emissora e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3434, bloco 7, grupo 201, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), a participarem da Assembleia Especial dos Investidores de CRI, em primeira convocação, a ser realizada no dia 30 de abril de 2025, às 15:00 horas, e em segunda convocação no dia 09 de maio de 2025, às 15:00 horas ("Assembleia"), de modo exclusivamente digital, por videoconferência online na plataforma "Google Meet", administrada pela Emissora, sem possibilidade de participação de forma presencial, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), sendo o acesso disponibilizado, pela Emissora, individualmente aos titulares dos CRI devidamente habilitados nos termos deste Edital, a Emissora convoca os titulares de CRI para deliberar sobre a: (i) aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício social de dezembro de 2024, acompanhada do relatório dos auditores independentes, cujo inteiro teor está disponibilizado no website da Emissora, acessar www.barisec.com.br, buscar o ícone "Demonstrações Financeiras CRIs", "Demonstrações do Patrimônio Separado", pesquisar pela "Série". Conforme Art. 25, parágrafo 2º, da Resolução CVM 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada, podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a Assembleia, em primeira e segunda convocação, não seja instalada em virtude do não comparecimento de titulares dos CRI. Os titulares dos CRI que desejarem participar da Assembleia deverão encaminhar, em até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia, os documentos de representação (contrato/estatuto social, ata de eleição, procuração, e documento de identificação RG e CPF dos signatários) para o seguinte endereço eletrônico: af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para pos-emissao@barisecurizadora.com.br. O link de acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Emissora apenas aos titulares dos CRI que manifestarem interesse em participar da Assembleia, através dos endereços eletrônicos e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acima informados.

São Paulo, 07 de abril de 2025
BARI SECURITIZADORA S.A.**INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
(EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)**

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06 - NIRE 41 3 0029559 0

Companhia Aberta**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Convidamos os senhores acionistas desta Companhia a se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária ("AGO") e Extraordinária ("AGE") a serem realizadas, cumulativamente, no dia 30 de abril de 2025, às 09:00hrs, na sede social da Companhia, localizada na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, Cjto. 1101, 11º Andar, Centro, CEP 80410-180, em Curitiba, Estado do Paraná, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias: I - Em Assembleia Geral Ordinária: (a) Deliberar sobre as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2024; (b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2024; (c) Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes; e (d) Fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho Fiscal. II - Em Assembleia Geral Extraordinária: (a) Ratificar a contratação, pela Administração da Companhia, do Agente Fiduciário Planner Corretora de Valores, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.806.535/0001-54, para a 12ª e 13ª emissões de debêntures aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20/05/2024, ora em procedimentos para colocação, em substituição a empresa VX Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Informações gerais sobre a participação nas Assembleias: Participação do Acionista na Assembleia: A participação do Acionista poderá ser pessoal ou por procurador devidamente constituído, ou via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam na Proposta da Administração. Procuração: As procurações poderão ser outorgadas observado o disposto no art. 126 da Lei nº 6.404/76 e na Proposta da Administração. O representante legal do Acionista deverá comparecer às Assembleias munido da procuração e demais documentos indicados na Proposta da Administração, além de documento que comprove a sua identidade. Boletim de Voto a Distância: Acionistas que optarem por votar via boletins de voto a distância deverão enviá-los, nos termos da Resolução CVM 81, por meio dos agentes de custódia dos (as) Acionistas, do escriturador das ações de emissão da Companhia ou do depositário central, onde as ações estejam depositadas ou, ainda, diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes na Proposta da Administração. Para o envio dos boletins diretamente à Companhia, conforme prazos e orientações constantes na Proposta da Administração, poderão ser enviados no endereço da sede social da Companhia até o dia 26/04/2025. Quando o boletim de voto a distância é assinado digitalmente por meio do certificado digital emitido por entidade credenciada pela ICP-Brasil ou por meio de conta Gov. Nível Ouro, o acionista poderá, se preferir, enviar as vias digitalizadas do boletim e dos documentos referidos na proposta da administração para o endereço eletrônico ri@inepar.com.br. Encontra-se à disposição dos acionistas, na Diretoria de Relações com Investidores, localizada na sede social da Companhia, e nos endereços eletrônicos da Companhia (<http://www.inepar.com.br>), da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e da B3 S.A. - Brasil, Balcão (www.b3.com.br), toda a documentação pertinente à matéria que será deliberada nestas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, nos termos da Resolução CVM 81 de 29 de março de 2022. Curitiba (PR), 31 de março de 2025.

Irajá Galliano Andrade
Presidente do Conselho
de AdministraçãoAndré de Oms
Membro do
Conselho de Administração**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS
ESTADO DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO****AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº
021/2025****OBJETO: AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES E ARLA 32
EM ATENDIMENTO À DEMANDA DAS SECRETARIAS
MUNICIPAIS**

VALOR MÁXIMO GLOBAL: R\$285.660,55 (duzentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e sessenta reais e cinquenta e cinco centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 29/04/2025 às 09h00min

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) e MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)

MODO DE DISPUTA: ABERTO**DÚVIDAS:** licitacao@matinhos.pr.gov.br

/ 0800 3971 600 Ramais: 795 - 807 - 811

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS
ESTADO DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO****AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº
022/2025****OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA LOCAÇÃO DE
ÔNIBUS COM CONDUTOR PARA ATENDER O
TRANSPORTE COLETIVO MUNICIPAL URBANO
GRATUITO**

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 6.942.792,96 (seis milhões novecentos e quarenta e dois mil setecentos e noventa e seis centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 30/04/2025 às 09h00min

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: AMPLA CONCORRÊNCIA COM APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.

MODO DE DISPUTA: ABERTO**DÚVIDAS:** licitacao@matinhos.pr.gov.br / 0800

3971 600 Ramais: 795 - 807 - 811



CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ

CNPJ nº 76.630.573/0001-60

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 da Cia. de Cimento Itambé, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis vigentes no Brasil,

notadamente a Lei das Sociedades por Ações (Leis 6.404 de 1976 e 11.638 de 2007), os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), emitidas pelo (IASB). Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado			Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023		
Ativo											
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	5	111.415	77.188	122.751	83.837						
Títulos e valores mobiliários	6	5.117	16.792	5.117	16.792						
Contas a receber de clientes	7	138.725	138.537	138.599	139.760						
Estoques	8	129.574	138.945	129.574	139.002						
Tributos a recuperar	9	19.662	15.801	22.797	16.780						
Dividendos a receber	29.b	38	942	38	942						
Outras contas a receber	10	6.047	17.822	6.088	17.838						
		<u>410.578</u>	<u>406.027</u>	<u>424.964</u>	<u>414.951</u>						
Não circulante											
Realizável a longo prazo											
Tributos a recuperar	9	10.163	3.665	10.163	3.665						
Depósitos judiciais	19.b	9.466	10.065	9.466	10.065						
Outras contas a receber	10	1.574	15.483	2.048	2.961						
		<u>21.203</u>	<u>29.213</u>	<u>21.677</u>	<u>16.691</u>						
Investimentos	11.a	104.519	71.841	9.095	9.066						
Intangível	14	22.415	16.424	22.415	16.424						
Imobilizado	12.a e 12.b	1.252.627	950.350	1.315.456	1.007.938						
Direito de uso sobre contratos de arrendamentos	15	7.359	13.100	5.263	7.181						
Ativos biológicos	13	4.146	5.041	23.113	23.646						
		<u>1.412.269</u>	<u>1.085.969</u>	<u>1.397.019</u>	<u>1.080.946</u>						
Total do ativo		<u>1.822.847</u>	<u>1.491.996</u>	<u>1.821.983</u>	<u>1.495.897</u>						

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	Atribuível aos quotistas da Controladora									
		Reservas de lucros					Participação dos não controladores		Total do patrimônio líquido		
		Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Legal	Investimentos	Lucros retidos	Lucros acumulados	Total	controladores	patrimônio líquido	
Em 31 de dezembro de 2022		463.918	(627)	91.570	89.377	352.466	-	996.704	499	997.203	
Realização do custo atribuído reflexo em coligada	22.f	-	81	-	-	(81)	-	-	-	-	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	218.271	218.271	84	218.355	
Destinação do lucro líquido do exercício:											
Reserva legal	22.b	-	-	1.214	-	-	(1.214)	-	-	-	
Dividendos propostos		-	-	-	-	-	(103.000)	(103.000)	-	(103.000)	
Reserva de retenção de lucros	22.d	-	-	-	114.057	-	(114.057)	-	-	-	
Em 31 de dezembro de 2023		463.918	(546)	92.784	203.434	352.385	-	1.111.975	583	1.112.558	
Realização do custo atribuído reflexo em coligada	22.f	-	80	-	-	(80)	-	-	-	-	
Aumento de capital	22.a	93.000	-	-	-	(93.000)	-	-	-	-	
Cancelamento de ações	22.a	-	-	-	-	(5.893)	-	(5.893)	(76)	(5.969)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	249.065	249.065	53	249.118	
Destinação do lucro líquido do exercício:											
Reserva legal	22.b	-	-	12.453	-	-	(12.453)	-	-	-	
Dividendos propostos	22.c	-	-	-	-	-	(124.000)	(124.000)	-	(124.000)	
Reserva de retenção de lucros	22.d	-	-	-	112.612	-	(112.612)	-	-	-	
Em 31 de dezembro de 2024		<u>556.918</u>	<u>(466)</u>	<u>105.237</u>	<u>316.046</u>	<u>253.412</u>	<u>-</u>	<u>1.231.147</u>	<u>560</u>	<u>1.231.707</u>	

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		359.976	315.426	362.587	318.243
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo o caixa					
Depreciação, amortização e exaustão		77.307	67.748	80.801	69.010
Depreciação sobre direito de uso arrendamento	15	8.326	8.786	2.595	2.867
(Reversão) provisão para contingências e depósitos judiciais		(1.028)	752	(1.028)	752
(Reversão) provisão para obsolescência	8	437	796	437	796
(Reversão) provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	532	(280)	531	(297)
Perda (lucro) na alienação/baixa do ativo imobilizado e intangível		(673)	1.184	(1.520)	1.184
Variação no valor justo do ativo biológico	13.b	(228)	1.556	(2.949)	(2.142)
Juros e variações monetárias		15.670	7.670	15.595	7.630
Resultado de equivalência patrimonial	11.d	(24.176)	(24.533)	(157)	(242)
		<u>436.143</u>	<u>379.105</u>	<u>456.892</u>	<u>397.801</u>
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes	7	(720)	(7.598)	630	(8.804)
Estoques	8	8.934	(34.461)	8.991	(34.518)
Tributos a recuperar	9	(10.359)	(559)	(12.515)	(662)
Depósitos Judiciais		-	8.401	-	8.401
Outras contas a receber	10	12.184	(10.484)	12.663	2.544
Fornecedores	16	270	6.121	(7.690)	12.565
Impostos, tributos, encargos e contribuições a recolher	17	31	203	(35)	389
Salários e encargos		1.231	3.952	1.187	4.021
Outras contas a pagar		9.408	1.335	8.827	1.269
Caixa proveniente das operações		<u>457.122</u>	<u>346.015</u>	<u>468.950</u>	<u>383.006</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita líquida de vendas	24	1.354.550	1.285.772	1.361.808	1.285.869
Valor justo dos ativos biológicos	24	228	(1.556)	2.949	2.142
Custo das vendas e dos serviços	25	(914.761)	(905.700)	(901.373)	(883.282)
Lucro Bruto		<u>440.017</u>	<u>378.516</u>	<u>463.384</u>	<u>404.729</u>
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	25	(29.064)	(27.197)	(29.072)	(27.197)
Despesas gerais e administrativas	25	(68.280)	(64.864)	(69.306)	(65.943)
Outras receitas (despesas), líquidas	26	2.825	1.748	4.381	1.764
Resultado de equivalência patrimonial	11.d e 11.e	24.176	24.533	157	242
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>369.674</u>	<u>312.736</u>	<u>369.544</u>	<u>313.595</u>
Receitas financeiras	27	13.807	18.725	16.553	20.707
Despesas financeiras	27	(23.505)	(16.035)	(23.510)	(16.059)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	27	(9.698)	2.690	(6.957)	4.648
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>359.976</u>	<u>315.426</u>	<u>362.587</u>	<u>318.243</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	28.b	(111.774)	(96.383)	(114.332)	(99.116)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	28.b	863	(772)	863	(772)
Lucro líquido do exercício		<u>249.065</u>	<u>218.271</u>	<u>249.118</u>	<u>218.355</u>
Atribuível a					
Acionistas controladores				249.065	218.271
Acionistas não controladores				53	84
				<u>249.118</u>	<u>218.355</u>
Ações em circulação no final do exercício (Em milhares)	23	2.798	28.020.507		
Lucro básico e diluído por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	23	89,0154	0,0078		

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício		249.065	218.271	249.118	218.355
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício		<u>249.065</u>	<u>218.271</u>	<u>249.118</u>	<u>218.355</u>
Atribuível a					
Acionistas controladores				249.065	218.271
Acionistas não controladores				53	84
				<u>249.118</u>	<u>218.355</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.





CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ

CNPJ nº 76.630.573/0001-60

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Contexto operacional

A Cia. de Cimento Itambé (a "Companhia") e suas controladas (conjuntamente, o "Grupo") tem sede em Curitiba - PR e fábrica situada em Balsa Nova - PR. A Companhia tem como atividades principais a mineração de calcário em geral, em jazidas existentes em suas propriedades, cujas autorizações de direito de lavra datam de 1976, a industrialização e comercialização de cimento, cal, calcário, seus derivados e similares, além de serviços de concretagem, bombeamento de concreto e atividades correlatas.

A controlada integral, Itambé Energética S.A. tem como atividade a comercialização de energia elétrica no mercado de livre negociação, autorizada a operar pela Resolução nº 301, de 16 de agosto de 2000, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A controlada Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda. tem por objeto social a administração de bens exclusivamente próprios, compreendendo a compra e venda e a locação de bens imóveis próprios, a incorporação de empreendimentos imobiliários, o cultivo de mudas em viveiros florestais, a extração de madeiras em florestas plantadas, o comércio atacadista de madeira e produtos derivados, atividades de apoio à produção florestal e a participação no capital social de outras empresas, como investidora, acionista ou quotista. Iniciou suas atividades em 12 de novembro de 2019.

A aprovação da emissão e divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 11 de março de 2025.

2. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no final de cada período de relatório, e para ativos biológicos, os quais são mensurados ao valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, bem como o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

Continuidade operacional

Os Administradores têm, na data de aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, expectativa razoável de que o Grupo possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

O resumo das principais políticas contábeis materiais adotadas pelo Grupo é como segue:

2.2. Base de consolidação e investimento em controlada

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

a) As Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem o poder sobre a investida;
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e,
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

Em 2024, a Companhia possui participação em duas controladas, sendo, Itambé Energética S.A. com participação de 100% no respectivo capital social e Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda. com participação de 99,35% no respectivo capital social, nota explicativa nº 11.

Controladas	Controle	Porcentagem de participação (%)	
		2024	2023
Itambé Energética S.A.	Direto	100	100
Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda.	Direto	99,35	99
Itá Energética S.A.	Influência significativa	2,5	2,5

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Transações, saldos e ganhos não realizados em operações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

b) Transações com participações de não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não-controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na rubrica de "Ajustes de Avaliação Patrimonial".

2.3. Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional do Grupo.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2.5. Ativos financeiros

2.5.1. Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob a categoria de mensuração:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

2.6. Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade.

2.6.1. Mensuração

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, exceto se tal ativo não seja mensurado ao valor justo por meio do resultado.

O Grupo possui ativos financeiros mensurados de acordo com as categorias a seguir:

- Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais, quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros. As contas a receber, dividendos a receber e outras contas a receber estão classificadas nesse grupo. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

- Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os títulos e valores mobiliários considerados como caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras estão considerados neste grupo. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja, subsequentemente, mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

2.6.2. Impairment

O Grupo passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis e considera também os saldos vencidos.

2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7. Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Porém, os passivos financeiros quando resultantes da transferência de um ativo financeiro não se qualifica para baixa ou quando a abordagem de envolvimento contínuo é aplicável, e os contratos de garantia financeira emitidos pelo Grupo, são mensurados de acordo com as políticas contábeis específicas descritas a seguir.

2.7.1. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido, principalmente, para fins de recompra no curto prazo; ou
- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- For um derivativo, exceto por derivativo que seja um contrato de garantia financeira ou um instrumento de hedge designado e efetivo.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados ao valor justo, sendo que quaisquer ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não fazem parte de uma relação de hedge designada. O ganho ou perda líquido reconhecido no resultado incorpora quaisquer juros pagos sobre os passivos financeiros e é incluído no resultado.

Os ganhos ou as perdas resultantes de contratos de garantia financeira emitidos e designados pelo Grupo ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado.

2.7.2. Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado

Passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva.

O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

2.7.3. Ganho ou perda de variação cambial

Para passivos financeiros denominados em moeda estrangeira e mensurados ao custo amortizado no final de cada período de relatório, os ganhos ou as perdas de variação cambial são determinados com base no custo amortizado dos instrumentos. Esses ganhos e perdas de variação cambial são reconhecidos na rubrica "Variação Cambial" no resultado para passivos financeiros que não fazem parte de uma relação de hedge designada. Para aqueles designados como instrumento de hedge para proteção contra o risco de câmbio, os ganhos e as perdas de variação cambial são reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados em um componente separado do patrimônio.

O valor justo dos passivos financeiros denominados em moeda estrangeira é determinado naquela moeda estrangeira e convertido com base na taxa à vista no encerramento do exercício. Para passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, o componente de câmbio é parte integrante dos ganhos ou perdas de valor justo e é reconhecido no resultado para passivos financeiros que não fazem parte de uma relação de hedge designada.

Baixa de passivos financeiros

O Grupo baixa um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado.

2.8. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas esperadas.

2.9. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Estão incluídos na rubrica de estoques os materiais para a manutenção de equipamentos e veículos, que não sejam de uso exclusivo para determinado equipamento e vitais para a manutenção e funcionamento das linhas de produção.

2.10. Ativos intangíveis

a) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada - nota explicativa nº 14.

b) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de 5 anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

c) Direito sobre recursos naturais

São contabilizados os direitos de uso da mina em contrapartida ao passivo ambiental para reconstituir a mina registrado em outras contas a pagar.

2.11. Imobilizações

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e menos redução ao valor recuperável, quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações e construções	60
Máquinas e equipamentos	15
Veículos	10
Móveis, utensílios e equipamentos	15
Outros componentes	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

2.12. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à depreciação ou amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os ativos que têm vida útil definida são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC - Unidades Geradoras de Caixa).

2.13. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo deduzidas das despesas de venda são reconhecidas no resultado. Despesas de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A madeira em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apuradas na data de corte.

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa nº 13. A mensuração dos ativos biológicos é feita anualmente, pois considera que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas informações financeiras e está alinhada com a periodicidade da apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

2.14. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.15. Financiamentos e empréstimos

Os financiamentos e empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos e empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.16. Passivos ambientais

Os passivos ambientais, que compreendem os gastos representativos a serem incorridos com o fechamento de mina decorrentes do encerramento das atividades, estão registrados como obrigação com desmobilização de ativo. As obrigações consistem, principalmente, em custos associados com encerramento de atividades. O custo de desmobilização de ativo, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), encontra-se registrado no ativo intangível.

A parcela do passivo está registrada pelo valor presente pelo mesmo prazo da desmobilização. Esses passivos estão contabilizados em outras contas a pagar, no passivo não circulante.



Gestão
Ambiental
Itambé



Assessoria
Técnica
Itambé



CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ

CNPJ nº 76.630.573/0001-60

*continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.17. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.18. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido. O imposto de renda é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou, substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Companhia calcula e recolhe o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pelo regime tributação de lucro real.

As controladas Itambé Energética S.A. e Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda., calculam e recolhem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro com base no regime de tributação do lucro presumido.

2.19. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

São registrados por seus valores de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos ou encargos incidentes calculados até a data do balanço.

2.20. Capital social

As ações de capital são classificadas no patrimônio líquido.

2.21. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base nas determinações do Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no passivo na data em que é aprovado pelo Conselho de Administração.

2.22. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre as empresas do Grupo. O Grupo reconhece a receita com base nos seguintes critérios:

- Venda de produtos
A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando: (i) na identificação dos contratos (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) com os clientes; (ii) quando puder identificar as obrigações de desempenho; (iii) quando puder determinar o preço da transação; (iv) quando puder alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; e (v) quando (ou à medida que) o Grupo satisfaz uma obrigação de desempenho. Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida no momento da transferência do seu controle, ou seja, quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.
- Venda de serviços de concretagem
A Companhia presta serviços de concretagem. Esses serviços são prestados com base no tempo e no material aplicado ou, como um contrato de preço fixo. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas no período em que os serviços são prestados.
- Reconhecimento de venda de energia elétrica
Na essência a receita é reconhecida quando do registro da venda e liquidação na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
- Reconhecimento de venda de madeira e imóveis e locação de imóveis
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de madeiras/imóveis e pela locação dos imóveis. As receitas de vendas de produtos/imóveis são reconhecidas no momento da transferência do seu controle, ou seja, quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida. As receitas com locações de imóveis são reconhecidas no período em que as locações são realizadas.
- Receita financeira
A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.23. Benefícios a empregados

- Benefícios de curto prazo a empregados
Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados, inclusive participação nos lucros, são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.
- Planos de contribuição definida
Obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. São pagas em contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não implicam em obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. O Grupo não concede outros benefícios de longo prazo aos seus empregados.

2.24. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Quando relevantes ativos e passivos foram ajustados a valor presente. O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros aplicável. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

2.25. Arrendamentos

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, quando aplicável, e ajustado por certas renovações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor, o Grupo opta por reconhecer uma despesa de arrendamento pelo método linear.

a) Taxa de desconto
O Grupo aplica a expectativa futura das obrigações ativas de 10% (10% em 2023) ao ano para todos os arrendamentos (novos, renovações, aditamentos).

2.26. Normas novas e alterações em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, a Companhia e suas controladas aplicaram uma série de alterações aos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são obrigatoriamente válidas para o período contábil que se inicia em ou após 1 de janeiro de 2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas

divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.:

Norma	Data de vigência	Descrição da alteração
CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	01/01/2024, aplicação retrospectiva.	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Segundo as emendas, o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.
CPC 6 (R2): Arrendamentos	01/01/2024, aplicação retrospectiva.	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento (Sale and Leaseback) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.
CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	01/01/2024, aplicação retrospectiva.	Divulgação das Operações de Risco Sacado, Desconto de títulos, Reverse factoring, Confirming e/ou assemelhadas, que envolvam as Companhias e seus fornecedores.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas optaram por não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida. A seguir serão listadas as normas novas e revisadas, emitidas e ainda não aplicáveis, e a expectativa da Administração em relação à aplicação:

- Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (Falta de Conversibilidade): não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras;
- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial: não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não sejam facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

A seguir são apresentados os principais julgamentos efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis e que podem mais significativamente afetar os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

a) Passivos contingentes

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

b) Ativo biológico

Na determinação do valor justo dos ativos biológicos, o Grupo utiliza o método de fluxo de caixa descontado, considerando a produtividade projetada das florestas, levando em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos. Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, potencial produtivo e idade das florestas, entre outras premissas. Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar valorização ou desvalorização desses ativos.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a riscos financeiros de mercado, crédito e de liquidez. A gestão de risco é realizada segundo as políticas aprovadas pela diretoria. A Administração identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de crédito e risco de liquidez, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

a.1) Cambial
Em 2024 o risco cambial do Grupo deve-se a exposição às oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras que compõem as suas relações operacionais, e podem afetar o fluxo de caixa e resultados. A exposição cambial decorrente das operações no exterior é parcialmente protegida por meio de fundo cambial detalhado na nota explicativa nº 6.

a.2) Taxa de juros

O Grupo está exposto a riscos de mercado relacionados a mudanças adversas nas taxas de juros. Parte significativa dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e os financiamentos e empréstimos estão indexados principalmente aos índices SELIC, TLP-IPCA, sendo o resultado financeiro parcialmente afetado pelas mudanças na taxa básica de juros da economia (SELIC).

O Grupo periodicamente monitora tais exposições frente ao comportamento do mercado financeiro e, se necessário, avalia a necessidade de alteração na composição da sua carteira de investimentos e, também do seu endividamento.

b) Risco de crédito

A política de vendas do Grupo considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios.

A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu saldo de contas a receber de clientes.

c) Risco de liquidez

É o risco de o Grupo não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A tabela a seguir apresenta os passivos financeiros não derivativos da Controladora e do Consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	54.197	-	-	-
Fornecedores - partes relacionadas	6.023	-	-	-
Dividendos a pagar	42.000	-	-	-
Financiamentos	23.761	37.768	118.014	136.868
Arrendamentos	2.834	2.626	2.671	-
Outras contas a pagar	29.617	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	53.615	-	-	-
Fornecedores - partes relacionadas	6.335	-	-	-
Dividendos a pagar	42.006	-	-	-
Financiamentos	39.802	13.714	62.165	30.423
Arrendamentos	8.614	1.914	3.441	-
Outras contas a pagar	19.394	-	-	-
	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	58.972	-	-	-
Dividendos a pagar	42.000	-	-	-
Financiamentos	23.761	37.768	118.014	136.868
Arrendamentos	2.353	2.388	1.294	-
Outras contas a pagar	30.670	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	66.662	-	-	-
Dividendos a pagar	42.006	-	-	-
Financiamentos	39.802	13.714	62.165	30.423
Arrendamentos	2.695	1.914	3.441	-
Outras contas a pagar	20.965	-	-	-

4.2. Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do Grupo a Administração pode propor, e os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Conzidente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, podem ser assim sumarizados:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Total dos financiamentos	316.411	146.104	316.411	146.104
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(111.415)	(77.188)	(122.751)	(83.837)
Menos: títulos e valores mobiliários	(5.117)	(16.792)	(5.117)	(16.792)
Sobra líquida	199.879	52.124	188.543	45.475
Total do patrimônio líquido	1.231.147	1.111.975	1.231.707	1.112.558
Total do capital	1.431.026	1.164.099	1.420.250	1.158.033
Índice de alavancagem financeira - %	14%	4%	13%	4%

4.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, líquidos da provisão para devedores duvidosos, e contas a pagar aos fornecedores e financiamentos e empréstimos pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos, considerados os prazos de vencimento de curto prazo e, também, a utilização de linhas de crédito disponíveis e com taxas de juros aplicáveis aos participantes do mercado em geral.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos consolidados mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2024.

	Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	117.580	-	-	117.580
Total do ativo	117.580	-	-	117.580

4.4. Instrumentos Financeiros

a) Categoria de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	111.415	77.188	122.751	83.837
Títulos e valores mobiliários	5.117	16.792	5.117	16.792
	116.532	93.980	127.868	100.629
Custo amortizado				
Contas a receber	138.725	138.537	138.599	139.760
Dividendos a receber	38	942	38	942
Outras contas a receber	7.621	33.305	8.136	20.799
Direito de uso sobre contratos de arrendamentos	7.359	13.100	5.263	7.181
	153.743	185.884	152.036	168.682
	270.275	279.864	279.904	269.311

Passivos conforme o balanço patrimonial

Outros passivos financeiros				
Fornecedores	60.220	59.950	58.972	66.662
Financiamentos	316.411	146.104	316.411	146.104
Dividendos a pagar	42.000	42.006	42.000	42.006
Contratos de arrendamentos	8.131	13.969	6.035	8.050
Outras contas a pagar	29.617	19.394	30.670	20.965
	456.379	281.423	454.088	283.787

Os valores justos dos instrumentos financeiros demonstrados na tabela acima se aproximam de seus valores contábeis. Com relação aos saldos de caixa e equivalentes de caixa, na prática, o valor justo e o custo amortizado se equivalem.

b) Análise de sensibilidade de taxas de juros

O Grupo mantém aplicações financeiras que acompanham a variação do CDI (NTN-B). As análises de sensibilidade para as variações dessas taxas são demonstradas abaixo.



Gestão Ambiental Itambé





CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ

CNPJ nº 76.630.573/0001-60

*continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Cenários considerando a alta na taxa CDI:

	Saldo em 2024	Cenário I - provável (i)	Cenário I - 25% (ii)	Cenário I - 50% (iii)
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	116.532	12.690	15.863	19.036
Elevação do CDI	-	-	3.173	6.345
Impacto no resultado	-	-	10,89%	13,61%
Taxa	-	-	10,89%	13,61%

(i) Considera a taxa CDI acumulada para 2024 de 10,89% para a projeção do cenário provável.
(ii) Considera elevação do CDI em 25%.
(iii) Considera elevação do CDI em 50%.

Cenários considerando a queda na taxa CDI:

	Saldo em 2024	Cenário II - provável (i)	Cenário II - 25% (ii)	Cenário II - 50% (iii)
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	116.532	12.690	9.518	6.345
Queda do CDI	-	-	(3.173)	(6.345)
Impacto no resultado	-	-	10,89%	8,17%
Taxa	-	-	10,89%	8,17%

(i) Considera a taxa CDI acumulada para 2024 de 10,89% para a projeção do cenário provável.
(ii) Considera queda do CDI em 25%.
(iii) Considera queda do CDI em 50%.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Caixa e bancos	10.217	5.523	10.288	5.600
Certificados de depósitos bancários (CDB) (i)	-	-	10.418	12.274
Aplicação saldo conta-corrente (ii)	14.601	11.521	14.681	16.076
Fundos de investimentos (iii)	86.597	49.726	96.734	49.887
	111.415	77.188	122.751	83.837

Referem-se, basicamente, a aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, composto, substancialmente, por:

- (i) Certificados de depósito bancários remunerados à taxa de 102,25% (98% a 102,25% em 2023) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).
(ii) Saldo conta corrente remunerados à taxa de 70% (70% a 85% em 2023) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em compromissadas de terceiros.
(iii) Fundos de Investimentos Financeiros - FIF, cujas rentabilidades variam de 89,32% a 113,21% (49,97% a 120,47% em 2023) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Fundo Cambial (i)	5.117	16.792	5.117	16.792
	5.117	16.792	5.117	16.792

(i) Fundo cambial, de longo prazo, com taxa de 236,45% a 249,63% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (-159,11% a 8,91% em 2023). Este fundo é atrelado à variação cambial do dólar norte americano.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Duplicatas a receber	143.983	143.263	144.864	145.494
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.258)	(4.726)	(6.265)	(5.734)
	138.725	138.537	138.599	139.760

Para o ano de 2024 o prazo médio de recebimento é de aproximadamente 35 dias na divisão Cimento e 34 dias na divisão Concreto (aproximadamente 36 dias para a divisão Cimento e 31 dias para a divisão Concreto em 2023).

Os vencimentos das contas a receber são apresentados a seguir:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
A vencer	127.106	128.124	126.980	129.347
Vencidos até 30 dias	6.920	4.808	6.920	4.808
Vencidos de um mês a três meses	3.745	1.984	3.744	1.984
Vencidos de três meses a seis meses	513	89	513	89
Vencidos há mais de seis meses	5.699	8.258	6.707	9.266
	143.983	143.263	144.864	145.494

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa do contas a receber de clientes do Grupo e suas controladas são as seguintes:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
No início do exercício	4.726	5.006	5.734	6.031
Adições à provisão para crédito de liquidação duvidosa	718	153	720	153
Baixas/reversão à provisão para crédito de liquidação duvidosa	(186)	(433)	(189)	(450)
No final do exercício	5.258	4.726	6.265	5.734

A exposição do Grupo a riscos de crédito e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas a receber, bem como às políticas de gerenciamento de tais riscos são divulgadas na nota explicativa nº 4.1.b.

8. ESTOQUES

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Produtos acabados	5.519	7.252	5.519	7.252
Produtos em elaboração	20.386	45.519	20.386	45.519
Matérias-primas	10.965	10.779	10.965	10.779
Material de embalagem	1.096	1.065	1.096	1.065
Materiais combustíveis	16.530	15.176	16.530	15.176
Materiais para manutenção de equipamentos e veículos	69.334	54.762	69.334	54.762
Materiais auxiliares e de consumo	9.167	7.378	9.167	7.378
Provisão para obsolescência (i)	(3.423)	(2.986)	(3.423)	(2.986)
	129.574	138.945	129.574	138.945

(i) A Companhia realiza, em bases anuais, análise nos estoques com o objetivo de identificar itens sem previsão de consumo, obsoletos, vencidos, fora de uso. As análises identificaram a necessidade de complementar a provisão no valor total de R\$437 no exercício de 2024 (provisão de R\$796 em 2023), conforme demonstrado pela movimentação no quadro abaixo.

Saldo no início do exercício
Reversão de provisões
Constituição de provisões
Saldo no final do exercício

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
COFINS	-	-	2.102	-
Imposto de renda (i)	10.327	9.576	10.475	9.713
Contribuição social (i)	3.725	3.454	3.783	3.508
Crédito de ICMS sobre ativo imobilizado (CIAP)	15.412	6.089	16.227	6.877
Outros	361	347	373	347
	29.825	19.466	32.960	20.445
	19.662	15.801	22.797	16.780
	10.163	3.665	10.163	3.665

Circulante
Não circulante
(i) Refere-se substancialmente a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário.

10. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Adiantamentos diversos (fornecedores, salários, etc.) (i)	3.421	22.699	3.908	10.553
Despesas do exercício seguinte (seguros)	2.196	1.187	2.196	1.191
Ação Controverso Banco Central-Precatórios (ii)	-	7.475	-	7.475
Outras contas a receber	2.004	1.944	2.032	1.580
	7.621	33.305	8.136	20.799
	6.047	17.822	6.088	17.838
	1.574	15.483	2.048	2.961

Circulante
Não circulante
(i) Em 2023 a Companhia realizou adiantamento para futuro aumento de capital na controlada Novo Horizonte Administração de Bens Ltda. no valor de R\$13.500. Em 05 de novembro de 2024 foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$20.100.
(ii) Recebimento em 2024 da Ação de Execução nº 50085747520104047000 em face do Banco Central do Brasil, na qual foi obtida a diferença da correção monetária dos valores bloqueados em razão dos planos cruzado novo, verão e Collor.

11. INVESTIMENTOS

a) Composição do saldo

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda.	85.532	57.679	-	-
Itambé Energética S.A.	9.892	5.096	-	-
Itá Energética S.A.	9.095	9.066	9.095	9.066
	104.519	71.841	9.095	9.066

b) Informações sobre investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2024:

	Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda.	Itambé Energética S.A.	Itá Energética S.A.
Patrimônio líquido	57.514	9.700	9.700
Capital social	28.578	192	192
Reservas de lucros	86.092	9.892	9.892
Total do patrimônio líquido	7.730	16.267	16.267
Lucro líquido do exercício	57.140	17.721	17.721
Participações da Companhia - ações ordinárias	99,35	100	100
Percentual de participação no capital total - %			

c) Informação de coligada em 31 de dezembro de 2024

	Itá Energética S.A.
Patrimônio líquido	350.136
Capital social	13.660
Reservas de lucros	363.796
Total do patrimônio líquido	6.318
Lucro líquido do exercício	13.005
Participações da Companhia - ações ordinárias	2,5
Percentual de participação no capital total - %	2,5
Em função do aspecto estratégico do suprimento de energia elétrica para suas atividades, a Companhia participa com 2,5% no capital social da Itá Energética S.A.,	

12. IMOBILIZADO

a) Controladora

	Terrenos	Edificações, instalações e benfeitorias imóveis terceiros	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizado em andamento (i)	Imobilizado para reposição	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2023									
Custo	4.504	568.681	657.720	87.175	3.491	68.314	41.404	6.576	1.437.865
Depreciação acumulada	-	(240.041)	(364.089)	(45.266)	(2.894)	-	-	(3.966)	(656.256)
Saldo contábil, líquido	4.504	328.640	293.631	41.909	597	68.314	41.404	2.610	781.609
Em 31 de dezembro de 2023									
Saldo inicial	4.504	328.640	293.631	41.909	597	68.314	41.404	2.610	781.609
Transferências	-	32.149	42.115	265	240	(68.933)	(6.455)	619	-
Aquisições	-	-	30.689	19.061	87	179.749	11.117	384	241.087
Baixas de custo	-	-	(7.602)	(861)	(56)	(841)	(81)	(74)	(9.515)
Baixas de depreciação acumulada	-	343	2.803	685	51	-	-	63	3.945
Depreciação	-	(19.211)	(41.003)	(5.661)	(90)	-	-	(811)	(66.776)
Saldo contábil, líquido	4.504	341.921	320.633	55.398	829	178.289	45.985	2.791	950.350
Em 31 de dezembro de 2024									
Custo	4.504	600.830	722.922	105.640	3.762	178.289	45.985	7.505	1.669.437
Depreciação acumulada	-	(258.909)	(402.289)	(50.242)	(2.933)	-	-	(4.714)	(719.087)
Saldo contábil, líquido	4.504	341.921	320.633	55.398	829	178.289	45.985	2.791	950.350
Em 31 de dezembro de 2024									
Saldo inicial	4.504	341.921	320.633	55.398	829	178.289	45.985	2.791	950.350
Aquisições	-	62	18.365	18.654	84	333.634	6.458	167	377.424
Baixas de custo	-	(92)	(1.442)	(8)	(8)	-	-	(14)	(1.556)
Transferências	-	17.023	33.152	68	187	(45.774)	(6.119)	1.463	-
Baixas de depreciação acumulada	-	-	63	1.220	7	-	-	14	1.304
Depreciação	-	(21.235)	(45.387)	(7.408)	(117)	-	-	(748)	(74.895)
Saldo contábil, líquido	4.504	337.771	326.734	66.490	982	466.149	46.324	3.673	1.252.627
Em 31 de dezembro de 2024									
Custo	4.504	617.915	774.347	122.920	4.025	466.149	46.324	9.121	2.045.305
Depreciação acumulada	-	(280.144)	(447.613)	(56.430)	(3.043)	-	-	(5.448)	(792.678)
Saldo contábil, líquido	4.504	337.771	326.734	66.490	982	466.149	46.324	3.673	1.252.627
Taxa anual média de depreciação - %	-	3	6	6	3	-	-	8	



Gestão Ambiental
Itambé



Assessoria Técnica
Itambé



CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ

CNPJ nº 76.630.573/0001-60

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

b) Consolidado

	Edificações, instalações e benfeitorias					Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizado em andamento (i)	Imobilizado de peças para reposição	Outros	Total
	Terrenos	imóveis	terceiros									
Em 1º de janeiro de 2023												
Custo	22.745	578.649		657.799	87.175	3.490		69.213	41.404	6.579	1.467.054	
Depreciação acumulada	-	(241.479)		(364.124)	(45.266)	(2.894)		-	-	(3.966)	(657.729)	
Saldo contábil, líquido	22.745	337.170		293.675	41.909	596		69.213	41.404	2.613	809.325	
Em 31 de dezembro de 2023												
Saldo inicial	22.745	337.170		293.675	41.909	596		69.213	41.404	2.613	809.325	
Transferências	-	32.149		42.351	265	240		(69.168)	(6.455)	618	-	
Aquisições	9.806	-		32.189	19.061	87		198.832	11.117	384	271.476	
Baixas de custo	-	-		(7.602)	(861)	(56)		(841)	(81)	(74)	(9.515)	
Baixas de depreciação acumulada	-	-		2.803	685	51		-	-	63	3.945	
Depreciação	-	(19.681)		(41.050)	(5.661)	(90)		-	-	(811)	(67.293)	
Saldo contábil, líquido	32.551	349.981		322.366	55.398	828		198.036	45.985	2.793	1.007.938	
Em 31 de dezembro de 2024												
Saldo inicial	32.551	610.798		724.737	105.640	3.761		198.036	45.985	7.507	1.729.015	
Depreciação acumulada	-	(260.817)		(402.371)	(50.242)	(2.933)		-	-	(4.714)	(721.077)	
Saldo contábil, líquido	32.551	349.981		322.366	55.398	828		198.036	45.985	2.793	1.007.938	
Em 31 de dezembro de 2024												
Saldo inicial	32.551	349.981		322.366	55.398	828		198.036	45.985	2.793	1.007.938	
Aquisições	-	62		18.365	18.654	84		339.602	6.458	167	383.392	
Baixas de custo	-	-		(92)	(1.442)	(8)		(23)	-	(14)	(1.579)	
Transferências	-	23.408		33.297	68	187		(52.304)	(6.119)	1.463	-	
Baixas de depreciação acumulada	-	-		63	1.220	7		-	-	14	1.304	
Depreciação	-	(21.804)		(45.522)	(7.408)	(117)		-	-	(748)	(75.599)	
Saldo contábil, líquido	32.551	351.647		328.477	66.490	981		485.311	46.324	3.675	1.315.456	
Em 31 de dezembro de 2024												
Custo	32.551	634.268		776.307	122.920	4.024		485.311	46.324	9.123	2.110.828	
Depreciação acumulada	-	(282.621)		(447.830)	(56.430)	(3.043)		-	-	(5.448)	(795.372)	
Saldo contábil, líquido	32.551	351.647		328.477	66.490	981		485.311	46.324	3.675	1.315.456	
Taxa anual média de depreciação - %	-	3		6	6	3		-	-	8	-	

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Modalidade	Controladora e consolidado	
	2024	2023
FINEM (i)	184.127	-
FINAME (ii)	130.899	117.984
Capital de Giro	-	28.120
Projeto de eficiência energética	1.385	-
	316.411	146.104
Circulante	23.761	39.802
Não circulante	292.650	106.302
Nos contratos incidem encargos a taxas fixas, conforme abaixo:		
Subcrédito	Indexador	Composição do saldo %
(i)	SELIC/TLP-IPCA	58
(ii)	SELIC/TLP-IPCA	41

b) Movimentação

	Controladora e consolidado	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	146.104	67.737
Captação	205.482	100.563
Atualizações	25.056	9.599
(-) Pagamentos Principal	(40.538)	(26.497)
(-) Pagamentos juros	(19.693)	(5.298)
Saldo no final do exercício	316.411	146.104
Circulante	23.761	39.802
Não circulante	292.650	106.302

c) Vencimento dos contratos classificados no passivo não circulante
A composição por ano de vencimento da parcela de longo prazo em 31 de dezembro é apresentada a seguir:

ano de vencimento	Composição por ano de vencimento	
	2024	2023
2025	-	13.714
2026	37.767	16.883
2027	39.338	11.320
2028	39.338	11.320
2029	39.338	11.320
2030	39.338	11.320
2031	38.766	11.321
2032	32.463	11.321
2033	23.340	7.783
2034	2.962	-
	292.650	106.302

(i) Imobilizado em Andamento correspondem, principalmente, a projetos de modernização da linha 1 e atualização tecnológica do parque fabril com data de conclusão prevista para março de 2025.

Conforme nota explicativa nº 18.e., a Companhia possui equipamentos e máquinas dados como garantia em operações de financiamentos (FINAME) no montante de R\$17.469 em 2024 (R\$26.299 em 2023). O Saldo das operações financiadas até o exercício 2024 somam R\$316.411 (R\$146.104 em 2023).

O Grupo periodicamente revisa a vida útil econômica estimada dos seus ativos imobilizados para fins de cálculo de depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens imobilizados.

A depreciação encontra-se alocada ao resultado conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Despesa com depreciação	1.517	1.381	1.988	2.311
Custo com depreciação	73.378	65.395	73.611	64.982
	74.895	66.776	75.599	67.293

13. ATIVOS BIOLÓGICOS

a) Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custo corrigido, considerando o ajuste ao valor justo	8.634	8.376	35.502	31.686
Exaustão acumulada	(4.488)	(3.335)	(12.389)	(8.040)
Projetos de reflorestamento	4.146	5.041	23.113	23.646

b) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo no início do exercício	5.041	6.642	23.646	21.476
Incremento de investimentos florestais	30	9	867	826
Variação no valor justo dos ativos biológicos	228	(1.556)	2.949	2.142
Exaustão	(1.153)	(54)	(4.349)	(798)
Saldo no final do exercício	4.146	5.041	23.113	23.646

Na controladora, em 31 de dezembro de 2024, a madeira plantada abrangia aproximadamente 11 hectares de plantações de eucaliptos (11 hectares em 2023) e 229 hectares de plantações de pinus (217 hectares em 2023), que incluem desde plantações estabelecidas recentemente até plantações com 30 anos (não auditado).

Na controladora Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda., em 31 de dezembro de 2024, a madeira plantada abrangia aproximadamente 2 hectares de plantações de eucaliptos (13 hectares em 2023) e 942 hectares de plantações de pinus (1.002 hectares em 2023), que incluem desde plantações estabelecidas recentemente até plantações com 30 anos (não auditado).

A controladora e sua controladora Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda., efetuaram a remensuração de seus ativos biológicos, de acordo com o estabelecido pelo CPC 29. O efeito desta remensuração, em 31 de dezembro de 2024, foi um lucro de R\$228 (prejuízo de R\$1.556 em 2023) na controladora e lucro de R\$2.721 (lucro de R\$3.698 em 2023) na controlada.

c) O valor justo das florestas foi determinado utilizando-se uma metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando as seguintes principais premissas:

- A projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;
- A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde à taxa WACC de 8,15% ao ano;
- Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, potencial produtivo e idade das florestas, entre outros. O conjunto dessas características compõe um índice denominado IMA (Incremento Médio Anual), expresso em metros cúbicos por hectare/ano utilizado como base na projeção de produtividade; e,
- Os preços dos ativos biológicos, denominados em R\$/metro cúbico são obtidos através de pesquisas de preços de mercado, divulgados por empresas especializadas.

14. INTANGÍVEL

	Controladora e consolidado				
	Marcas registradas, direitos e patentes	Softwares	Direito sobre recursos naturais (i)	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2023					
Custo	4.487	15.057	3.278	10.037	32.859
Amortização	(3.293)	(12.978)	(50)	(114)	(16.435)
Saldo contábil, líquido	1.194	2.079	3.228	9.923	16.424
Exercício findo em					
31 de dezembro de 2024					
Saldo inicial	1.194	2.079	3.228	9.923	16.424
Aquisições	-	6.738	-	616	7.354
Baixas de custo	-	-	(104)	-	(104)
Amortização	-	(1.202)	(45)	(12)	(1.259)
Saldo contábil, líquido	1.194	7.615	3.079	10.527	22.415
Em 31 de dezembro de 2024					
Custo	4.487	21.795	3.174	10.653	40.109
Amortização	(3.293)	(14.180)	(95)	(126)	(17.694)
Saldo contábil líquido	1.194	7.615	3.079	10.527	22.415
Taxa anual média de amortização - %	-	6	1	-	-

(i) Refere-se aos direitos sobre a mina de propriedade da Cia. de Cimento Itambé, onde é explorado o calcário. Para esse ativo é registrado um passivo em contrapartida referente aos gastos relacionados ao descomissionamento da mina, que serão incorridos quando ela for completamente exaurida.

15. DIREITO DE USO SOBRE CONTRATOS DE ARRENDAMENTOS

O Grupo analisa todos os contratos de arrendamento ativos. Conforme permitido pela norma, foram desconsiderados da análise: (i) arrendamentos de curto prazo (inferiores a 12 meses); (ii) contratos com valores individuais inferiores a US\$ 5 (aproximadamente R\$31); (iii) contratos em que o Grupo não tem direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos provenientes do uso do ativo; e (iv) contratos em que o Grupo não tem o controle substancial sobre a definição de uso do ativo.

a) Composição e movimentação são apresentadas abaixo:

	Controladora		
	Máquinas, imóveis, edifícios e salas comerciais	equipamentos e instalações	Total
Em 31 de dezembro de 2023			
Custo	36.323	606	36.929
Amortização acumulada	(23.678)	(151)	(23.829)
Em 31 de dezembro de 2023	12.645	455	13.100
Em 31 de dezembro de 2024			
Saldo inicial	12.645	455	13.100
Novos contratos	1.979	606	2.585
Amortização	(7.720)	(606)	(8.326)
Em 31 de dezembro de 2024	6.904	455	7.359
Custo	12.499	606	13.105
Amortização acumulada	(5.595)	(151)	(5.746)
Em 31 de dezembro de 2024	6.904	455	7.359
Taxas médias anuais de amortização - %	20%	20%	20%

Na composição acima há contratos de locação de imóveis entre a controladora e a controlada Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda. no valor total de R\$2.096 (R\$5.919 em 2023).

b) Movimentação de contratos de arrendamento com terceiros:

	Consolidado		
	Máquinas, imóveis, edifícios e salas comerciais	equipamentos e instalações	Total
Em 31 de dezembro de 2023			
Custo	10.357	605	10.962
Amortização acumulada	(3.605)	(176)	(3.781)
Em 31 de dezembro de 2023	6.752	429	7.181
Em 31 de dezembro de 2024			
Saldo inicial	6.752	429	7.181
Novos contratos	-	606	606
Remensuração	71	-	71
Contratos encerrados	-	(606)	(606)
Amortização de contratos encerrados	-	606	606
Amortização	(2.015)	(580)	(2.595)
Em 31 de dezembro de 2024	4.808	455	5.263
Custo	10.428	605	11.033
Amortização acumulada	(5.620)	(150)	(5.770)
Em 31 de dezembro de 2024	4.808	455	5.263
Taxas médias anuais de amortização - %	20%	20%	20%

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores	60.220	59.950	58.972	66.662
	60.220	59.950	58.972	66.662

O prazo médio de pagamento em 2024 foi de aproximadamente 24 dias (2023 foi de 23 dias).

17. OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
ICMS - Imposto s/circulação de mercadorias e serviços	8.067	7.626	8.067	7.677
PIS e COFINS	2.655	3.735	2.863	3.904
IRRF s/salários	1.287	1.371	1.289	1.372
Outros	2.391			



CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ

CNPJ nº 76.630.573/0001-60

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em 5 de outubro de 2015 o CADE certificou o trânsito em julgado do processo nº 08012.011142/2006-79, cuja ata de julgamento foi publicada no Diário Oficial da União de 22 de setembro de 2015, seção 1, pág. 30.

A Administração da Companhia não concordou com nenhuma das condenações que lhe foram impostas, no âmbito administrativo, por entender que não houve infração à ordem econômica, razão pela qual não deveria estar sujeita a quaisquer sanções ou penalidades. Nesse sentido, tem confiança de que demonstrará perante o Poder Judiciário o equívoco cometido no posicionamento do CADE.

Em 27 de agosto de 2015, a Companhia ajuizou Ação Anulatória nº 5043795-46.2015.4.04.7000, em trâmite na 6ª Vara Federal da Seção Judiciária de Curitiba/PR, que tem por objeto a anulação de decisão proferida pelo CADE no âmbito do citado processo Administrativo nº 08012.011142/2006-79, notadamente no que diz respeito à condenação da Companhia por suposta prática de cartel nos mercados de cimento e serviço de concretagem.

Após contestação do CADE, foi deferida a suspensão das seguintes penalidades e obrigações impostas à Companhia naquela decisão: (a) pagamento de multa; e (b) alienação de 20% dos ativos de serviço concretagem em condições específicas. Em 31 de dezembro de 2024 o valor envolvido está estimado em R\$233.761. A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos acerca do estágio do processo, classifica a perda como possível.

No contexto do processo administrativo do CADE, foram ajuizadas Ações Cíveis Públicas em face das empresas que constaram no Processo Administrativo: a) em 2012, pelo Ministério Público do Rio Grande do Norte; b) em 2017, pelo Sindicato da Indústria de Construção Civil de Minas Gerais; c) em 2021 pelo Ministério Público de São Paulo. Igualmente, em 2018, o Ministério Público do Paraná ajuizou Ação Cível Pública em face exclusivamente da Cia. de Cimento Itambé.

Ainda no contexto do referido processo administrativo, também correm contra a Cia. de Cimento Itambé e as mesmas empresas que constaram no processo administrativo algumas ações indenizatórias. De acordo com as informações dos consultores jurídicos da Companhia, o valor e o desenvolvimento das ações ainda são incertos, dada a indeterminação da maioria dos pedidos, a fase atual dos processos e a atuação regional da Companhia limitada aos Estados localizados na região sul do país.

Os processos cujas probabilidades de perda classificadas como possíveis pelos assessores jurídicos externos, somam, em 31 de dezembro de 2024, R\$39.175 (R\$33.580 em 2023) e são de natureza cíveis, trabalhistas e tributárias, conforme composição abaixo:

	2024	2023
Cíveis	10.324	9.238
Trabalhistas	4.864	2.114
Tributárias	23.987	22.228
	39.175	33.580

20. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da rubrica de outras contas a pagar está apresentado:

	2024	2023	2024	2023
Compra de energia elétrica	10.048	9.925	10.048	9.925
Provisão desmobilização da mina (i)	2.341	2.490	2.341	2.490
Provisão para honorários (ii)	2.887	2.047	2.887	2.047
Compensação financeira grupamento de ações (iii)	1.641	-	1.641	-
Outros	12.700	4.932	13.753	6.503
	29.617	19.394	30.670	20.965
Circulante	23.729	15.690	24.782	17.261
Não circulante	5.888	3.704	5.888	3.704

(i) Provisão para desmobilização de mina que, sob o ponto de vista ambiental, trata-se de obrigações futuras de restaurar e recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes.

(ii) Refere-se substancialmente à provisão para honorários advocatícios relativos à tese de exclusão do ICMS e ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS, a serem pagos em caso de decisão favorável.

(iii) Refere-se a compensação financeira resultante do grupamento de ações à disposição dos acionistas detentores das ações fracionadas canceladas, conforme 58ª ata da AGE de 4 de novembro de 2024. A referida compensação financeira não representou modificação no capital social da Companhia conforme nota explicativa nº 22.a.

21. CONTRATOS DE ARRENDAMENTOS

a) Movimentação do passivo de arrendamento

	2024	2023	2024	2023
Saldo no início do exercício	13.969	17.702	8.050	6.449
Remensuração de principal	70	646	70	60
Parcela apropriada	(7.041)	(6.766)	(1.809)	(1.359)
Adições de novos contratos	2.585	3.788	606	3.788
Retornos	(1.452)	(1.401)	(882)	(888)
Saldo no final do exercício	8.131	13.969	6.035	8.050
Circulante	2.834	8.614	2.353	2.695
Não circulante	5.297	5.355	3.682	5.355

Há contratos de locação de imóveis entre a controladora e a controlada Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda. no valor total de R\$2.096 (R\$5.919 em 2023), os quais são eliminados para fins de consolidação.

b) Composição do passivo de arrendamento

	2024	2023	2024	2023
Contratos de arrendamentos com terceiros	6.035	8.050	6.035	8.050
Contratos de arrendamentos partes relacionadas(i)	2.096	5.919	-	-
	8.131	13.969	6.035	8.050
Circulante	2.834	8.614	2.353	2.695
Não circulante	5.297	5.355	3.682	5.355

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2024 é de R\$556.918 (R\$463.918 em 2023), totalmente subscrito e integralizado e está composto de 2.798 ações (28.020.506.870 em 2023) ordinárias nominativas sem valor nominal ("Ações"). Em qualquer hipótese, na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas ("Acionistas") terão direito de preferência para a subscrição de aumentos de capital, observado o disposto no art. 171 da Lei nº 6.404/76.

De acordo com a 56ª AGE do dia 23 de abril de 2024 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$93.000 mediante capitalização de parte das reservas de lucros retidos.

Na 59ª AGE do dia 04 de novembro de 2024 foi homologado o capital social da Companhia e a nova quantidade de ações decorrentes do grupamento de ações aprovado pela 58ª AGE realizada no dia 27 de setembro de 2024 e retificada pela 60ª AGE realizada em 16 de dezembro de 2024, cancelando-se as frações de ações resultantes do grupamento, realizado pelo fator de 10.000.000:1 ação, ficando à disposição dos acionistas detentores das ações fracionadas canceladas a compensação financeira proporcional pela fração de ações. O valor das ações fracionadas canceladas é de R\$5.893.

Em decorrência do grupamento de ações, o capital social da Companhia, no montante de R\$556.918, que era representado por 28.020.56.870 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passa a ser dividido em 2.798 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c) Dividendos propostos

Aos acionistas são destinados dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, conforme artigo 33, inc. II do Estatuto Social consolidado pela 49ª Assembleia Geral Extraordinária de 25 de agosto de 2016. Na 390ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de novembro de 2024, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R\$124.000, sendo: (i) R\$82.000 foram pagos em 5 de dezembro de 2024; e (ii) R\$42.000 serão pagos em 12 parcelas durante o ano de 2025.

d) Reserva de retenção de lucros

Refere-se à reserva constituída pela apropriação de lucros remanescentes da Companhia, após as destinações estabelecidas na Lei societária e deliberações do Conselho de Administração.

e) Remuneração complementar

Até 5% (cinco por cento) do saldo do lucro líquido poderá ser atribuído à remuneração complementar dos administradores, obedecidas às determinações e limitações legais previstas no artigo 152 e seus parágrafos, da Lei das S.A. Em 2024 não foi utilizada a remuneração complementar.

f) Ajuste de avaliação patrimonial

A investida Itá Energética S.A. optou por reavaliar seus ativos imobilizados pelo custo atribuído "deemed cost". A adoção desta reavaliação resultou no reconhecimento de um ajuste de avaliação reflexa na Companhia no valor de R\$80 em 2024 (R\$81 em 2023).

g) Reserva para investimentos

A Administração não realizou em 2024 a constituição de reserva para investimentos com o objetivo de fazer frente ao projeto de investimento da modernização da linha 1, em 2023 no valor de R\$114.057. Após a conclusão do projeto acima citado, a Administração irá deliberar a destinação desta reserva.

23. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido com os montantes utilizados para calcular o lucro por ação:

	2024	2023
Lucro Líquido alocado disponível para os acionistas em milhares de R\$	249.065	218.271
Quantidade de ações ordinárias (Em milhares)	2.798	28.020.507
Lucro por ação - em R\$	89.0154	0.0078

Na Companhia não possui situações que possam impactar no lucro líquido por ação.

Na 59ª AGE do dia 4 de novembro de 2024 foi homologado o capital social da Companhia e a nova quantidade de ações decorrentes do grupamento de ações aprovado pela 58ª AGE realizada no dia 27 de setembro de 2024 e retificada pela 60ª AGE realizada em 16 de dezembro de 2024, conforme nota explicativa nº 22.a.

24. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	2024	2023	2024	2023
Receita operacional bruta	1.049.344	1.000.256	1.053.888	1.001.395
Venda de produtos	633.953	589.079	637.026	589.079
Venda de serviços	(328.747)	(303.563)	(329.106)	(304.605)
Impostos e deduções sobre as vendas e serviços prestados	1.354.550	1.285.772	1.361.808	1.285.869
Receita líquida	228	(1.556)	2.949	2.142

Valor justo dos ativos biológicos

	2024	2023
Ajuste a valor justo do ativo biológico	228	(1.556)
Receita líquida	228	(1.556)

25. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	2024	2023	2024	2023
Despesas com salários, encargos, benefícios e desenvolvimento de pessoas	182.316	168.765	183.405	169.763
Variações de estoques, matérias-primas, combustíveis, materiais de consumo, embalagens e manutenção	557.403	546.679	557.403	546.679
Serviços de limpeza, manutenção e reparos de equipamentos	71.801	70.367	71.046	70.613
Energia elétrica	77.763	88.902	77.763	88.902
Depreciação, amortização e exaustão	85.633	76.534	83.802	71.876
Outros serviços, custos e despesas	37.189	46.514	26.333	28.588
Total de custos, despesas gerais e administrativas	1.012.105	997.761	999.751	976.422
Custo das vendas e dos serviços	914.761	905.700	901.373	883.282
Despesas gerais e administrativas	68.280	64.864	69.306	65.943
Despesas com vendas	29.064	27.197	29.072	27.197
	1.012.105	997.761	999.751	976.422

26. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS), LÍQUIDAS

	2024	2023	2024	2023
OPERACIONAIS	388	324	388	324
Revenda de materiais	(1.946)	(3.434)	(1.946)	(3.434)
Provisão para contingências	(532)	280	(531)	297
Reversão (Provisão) de créditos para liquidação duvidosa	(437)	(796)	(437)	(796)
Provisão estoque obsoleto	8.610	9.737	8.610	9.737
Crédito de PIS e COFINS (i)	312	(238)	1.020	(222)
Outras receitas (despesas) líquidas	6.395	5.873	7.104	5.906

OUTRAS

	2024	2023	2024	2023
Resultado na venda de imobilizado	673	(1.184)	1.520	(1.184)
Doações incentivadas (ii)	(3.693)	(3.352)	(3.693)	(3.352)
Ganho AVJ - Ativo não Circulante e mantido para venda	(409)	165	(409)	165
Outras receitas (despesas) líquidas	(141)	246	(141)	229
	(3.570)	(4.125)	(2.723)	(4.142)
	2.825	1.748	4.381	1.764

(i) Refere-se a créditos de PIS e da COFINS apurados sobre aquisições de ativos imobilizados e depreciações.

(ii) As doações incentivadas referem-se a benefícios relativos a Lei Rouanet, FIA (FMCA), Fundo Municipal da Pessoa Idosa (FMPI), Lei de Incentivo ao Esporte, Profece/Proesporte.

27. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	2024	2023	2024	2023
Rendimentos de aplicações financeiras	11.445	7.734	12.690	9.750
Atualização de depósitos judiciais	438	1.769	455	1.723
Controverso ação Banco Central-Precatórios (i)	-	7.475	-	7.475
Outras receitas financeiras	1.924	1.747	3.408	1.759
Total de receitas financeiras	13.807	18.725	16.553	20.707
Encargos sobre financiamentos	(16.108)	(9.599)	(16.108)	(9.599)
Varição monetária passiva	(1.202)	(708)	(1.202)	(708)
Despesas com juros sobre arrendamentos	(1.452)	(1.401)	(882)	(888)
Tarifas bancárias/OF/juros	(3.143)	(2.700)	(3.143)	(2.700)
Outras despesas financeiras	(1.600)	(1.627)	(2.175)	(2.164)
Total de despesas financeiras	(23.505)	(16.035)	(23.510)	(16.059)
Resultado financeiro, líquido	(9.698)	2.690	(6.957)	4.648

(i) Recebimento em 2024 da Ação de Execução nº 50085747520104047000 em face do Banco Central do Brasil, na qual foi obtida a diferença da correção monetária dos valores bloqueados em razão dos planos cruzado novo, verão e Collor.

28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O Grupo reconhece créditos e débitos tributários que não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes principalmente de provisões para diferenças entre caixa e competência e provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	2024	2023	2024	2023
Diferenças temporárias	(135.176)	(126.758)		
Diferença depreciação contábil/fiscal (Passivo)	9.902	8.008		
Cred. PIS/COFINS s/ICMS	5.706	7.378		
Provisão de energia elétrica	1.949	1.512		
Provisão para obsolescência	2.887	2.047		
Provisões honorários advocatícios processos tributários ativos (i)	18.639	9.182		
Outras provisões (ii)	(96.093)	(98.630)		
Total	34%	34%		
Alíquota combinada				
Imposto de renda (alíquota 25%) e contribuição social (alíquota 9%) sobre diferenças temporárias	(32.672)	(33.535)		
Composição				
Impostos diferidos - ativo	13.288	9.563		
Impostos diferidos - passivo	(45.960)	(43.098)		
	(32.672)	(33.535)		

(i) Refere a honorários advocatícios processo CADE.

(ii) Substancialmente se referem a provisão de PPR, provisão para créditos de liquidação duvidosa, processo de despacho da ANEEL/CDE, dentre outros.

b) Imposto de renda e contribuição social

	2024	2023	2024	2023
Imposto de renda - corrente	(80.774)	(70.007)	(82.541)	(71.850)
Contribuição social - corrente	(31.000)	(26.376)	(31.791)	(27.266)
	(111.774)	(96.383)	(114.332)	(99.116)
Imposto de renda - diferido	786	(568)	786	(568)
Contribuição social - diferido	77	(204)	77	(204)
	863	(772)	863	(772)
Imposto de renda e contribuição social	(110.911)	(97.155)	(113.469)	(99.888)

	2024	2023	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda	359.976	315.426	362.587	318.243
Alíquota IRPJ (25%)	25%	25%	25%	25%
	89.994	78.857	90.647	79.561

Efeito fiscal sobre adições e exclusões permanentes:

	2024	2023	2024	2023
Resultado de equivalência patrimonial	(6.045)	(6.133)	(58)	(61)
Efeito diferença de tributação presumido das controladas	-	-	(4.873)	(4.934)
Outros	2.046	1.938	2.046	1.938



CIA. DE CIMENTO ITAMBÉ

CNPJ nº 76.630.573/0001-60

*continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração dos administradores
A remuneração paga no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 aos Conselheiros e Diretores, totalizou R\$9.802 na controladora (R\$8.969 em 2023) e R\$10.481 no consolidado (R\$9.583 em 2023).
Essa remuneração contempla honorários, participação nos resultados e gratificações. A Companhia e suas controladas não tem dívidas contraídas relativas a planos de pensão ou a outro tipo de remuneração complementar com a Administração.
b) Dividendos a receber

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Itá Energética S.A.	38	942	38	942
	38	942	38	942

c) Dividendos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Sirama Participações Societárias Ltda.	41.355	41.330	41.355	41.330
Outros acionistas	645	676	645	676
	42.000	42.006	42.000	42.006

d) Demais saldos com partes relacionadas

Em 2024, a Companhia contratou serviços de transporte de carga, aquisição de energia elétrica, locação de imóveis e serviços de coprocessamento e aquisição de resíduos de coprocessamento com partes relacionadas, demonstrados a seguir:

Sita Transporte de Cargas S.A.
Itambé Energética S.A.
Rio Bonito Soluções Ambientais Ltda.
Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda.

	Consolidado	
	2024	2023
Compras	63.714	63.474
	29.690	39.159
	18.004	5.732
	6.275	6.319
	117.682	114.685

e) Saldos a pagar com partes relacionadas

Sita Transporte de Cargas S.A.
Itambé Energética S.A.
Rio Bonito Soluções Ambientais Ltda.
Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda.

	Consolidado	
	2024	2023
	2.753	2.670
	3.574	1.360
	1.906	417
	543	3.147
	8.776	7.595

30. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA.

Em atendimento do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) houve adições no valor de R\$2.585 e baixas no valor de R\$8.326 na rubrica de direito de uso sobre contratos de arrendamento (R\$4.977 adições e R\$8.710 baixas, em 2023), e a contrapartida na rubrica de passivo de arrendamento.

Em atendimento do pronunciamento técnico CPC 20 (R1) houve a capitalização de juros de empréstimos captados com uso destinado a aquisições de ativos imobilizados no valor de R\$8.948.

Em 2024 a Companhia aumentou o Capital Social de suas controladas em R\$25.756, dos quais R\$16.530 foram transações que não envolveram caixa.

Essas transações não envolveram caixa e por isso não estão destacadas na demonstração do fluxo de caixa.

31. COBERTURA DE SEGUROS

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, em função de sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2024, o limite máximo de indenização de seguros contra incêndio, danos materiais e lucros cessantes, fundamentado pela avaliação de perda máxima possível feita pelos nossos consultores atuariais, era de R\$678.201 em 2023).

	2024	2023
Cobertura		
Danos Materiais	370.000	370.000
Lucros Cessantes	316.567	308.201
Total	686.567	678.201

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rubens Slaviero
Conselheiro-Presidente
(In memoriam 05/12/2024)

Bernardo Guerios
Conselheiro-Vice-Presidente

Eduardo de Araújo Gomes
Conselheiro-Vice-Presidente

Virgílio Moreira Filho
Conselheiro-Vice-Presidente

Alexandre Chueri Neto
Conselheiro

Edson de Araújo Gomes
Conselheiro

Emiliano Araújo de Matos
Conselheiro

Luiz Vilar de Carvalho
Conselheiro

Nelson Seoane Seabra
Conselheiro

Newton Slaviero Junior
Conselheiro

Sérgio Slaviero
Conselheiro

DIRETORIA

Luís Sérgio Gandolfi
Diretor-Superintendente

Fábio Luiz Monteiro Garcia
Diretor Industrial

Francisco Fernandes Castro Filho
Diretor Financeiro

Márcio Ferreira Lobo
Diretor Comercial

Ricardo Corrêa Israel
Diretor da Divisão Concreto

Rodrigo Pereira Dias
Diretor Administrativo e U. Técnico

CONTADOR

Jefferson Bednarz Biehl
CRC PR-041380/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Diretores e Acionistas da

Cia. de Cimento Itambé

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cia. de Cimento Itambé ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cia. de Cimento Itambé em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar

operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os administradores a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 12 de março de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR
Bernardo Calabria Etcheverry
Contador
CRC nº 1 RS 057770/O-2

Deloitte.



BEM PARANÁ

Informação vai bem.

casos de câncer entre homens avançam 67% em nove anos no PR

Quase metade dos curitibanos diz o Ministério da Saúde

ONG mostra jovens com deficiência a



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato**

TERMO ADITIVO Nº 02/2025 AO CONTRATO Nº11/2024

Referente a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de captação, filmagem, transmissão e edição das sessões ordinárias, extraordinárias e solenes, audiências públicas e reuniões oficiais, celebrado entre a CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Irmã Elizabeth Werka, nº. 55, Jardim Petrópolis, Araucária, Paraná, CNPJ nº 78.134.012.0001-04 neste ato representada pelo Presidente e Ordenador da Despesa, Vereador, Eduardo Rodrigo de Castilhos, portador do CPF nº. 004.091.719-30 e RG nº. 3.348.490-2, contratante e a contratada a empresa ARTE VÍDEO PRODUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 20.342.134/0001-06, com sede na Rua Manoel Ascenção Fernandes, nº 137, Bom Retiro, Curitiba/PR, neste ato representada pelo Sr. Aurelio Gama da Silva, brasileiro, portador da carteira de identidade nº. 5.844.817-6, CPF sob o nº. 840.714.869-53, mediante o seguinte aditamento: **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO §1º – O presente Termo Aditivo tem por objetivo a modificação do valor contratual em decorrência da alteração qualitativa, referente a inclusão de um painel eletrônico/cronômetro tela led com controle sem fio/controle key pro + sirene (dimensões mínimas de 58 cm x 25 cm), no contrato de transmissão das sessões plenárias. CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL Este Termo Aditivo é celebrado com fundamento no artigo 124, I, “a” e “b”, da Lei 14.133/2021, bem como nos fundamentos externados nos autos do Processo Digital nº. 59787/2024. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR Com os acréscimos decorrentes deste aditamento o valor total do contrato, para 12 (doze) meses, passará de R\$ 148.080,00 (cento e quarenta e oito mil e oitenta reais), para R\$ 149.220,00 (cento e quarenta e nove mil, duzentos e vinte reais). CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO As demais cláusulas e condições ajustadas no instrumento original do contrato ora aditado permanecem inalteradas, desde que compatíveis, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes. E por estarem acordados, firmam as partes o presente instrumento. Araucária, 08 de abril de 2025. EDUARDO RODRIGO DE CASTILHOS PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA AURELIO GAMA DA SILVA ARTE VÍDEO PRODUÇÕES LTDA.**

PORTARIA Nº 195/2025

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **R E S O L V E**: I - Retificar o inciso II da Portaria nº 148/2025 de 07/03/2025: - Onde de lê: Lotar os (as) Servidores (as) abaixo relacionados na Divisão Administrativa, a partir de 10 de março de 2025. - Leia-se: Lotar o Servidor Fabio Trevisol na Divisão Administrativa, e as Servidoras Eliane Gomes de Oliveira e Franciane Froes na Divisão de Compras e Licitação, a partir de 10 de março de 2025. II - A presente Portaria, ressalvado o disposto no inciso anterior, entra em vigor nessa data. Publique-se, Registre-se e Cumpra-se. Araucária, 3 de abril de 2025. Eduardo Rodrigo de Castilhos PRESIDENTE Leandro Andrade Preto 1º SECRETÁRIO Celso Nicacio da Silva 2º SECRETÁRIO.

PORTARIA Nº 196/2025

A COMISSÃO EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **R E S O L V E**: I - Retificar o inciso II da Portaria nº 162/2025 de 12/03/2025: - Onde de lê: Lotar o (a) Servidor (a) abaixo relacionado na Divisão de Redação e Procedimento Legislativo, a partir de 12 de março de 2025. - Leia-se: Lotar o (a) Servidor (a) abaixo relacionado(a) na Divisão do Processo Legislativo, a partir de 12 de março de 2025. II - A presente Portaria, ressalvado o disposto no inciso anterior, entra em vigor nessa data. Publique-se, Registre-se e Cumpra-se. Araucária, 3 de abril de 2025.

Eduardo Rodrigo de Castilhos PRESIDENTE Leandro Andrade Preto 1º SECRETÁRIO Celso Nicacio da Silva 2º SECRETÁRIO.

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL. JORGE FERLIN DALE NOGARI DOS SANTOS, Leiloeiro Oficial, Matrícula 606/98 (JUCEPAR), devidamente autorizado pela Câmara de Valores Imobiliários do Paraná, faz saber a todos que lerem o presente edital ou que dele tiverem conhecimento, que realizará leilão eletrônico de imóveis (Anexo I, do Edital), no dia **10 de abril de 2025, às 14 horas, através do endereço www.nogarileiloes.com.br e presencialmente na Avenida Pres. Getúlio Vargas, nº 881 Rebouças, Curitiba/PR**. O edital poderá ser acessado na íntegra: <https://www.nogarileiloes.com.br/leilao/1318/lotes>. Informações (41) 99255-4592. Curitiba, 31 de março de 2025. Jorge Ferlin Dale Nogari dos Santos. JUCEPAR 606/98.

**CENTRO INTEGRADO DE ESPECIALIDADES VETERINÁRIAS LTDA.
CNPJ/MF Nº 31.304.296/0001-68 – NIRE 41208297891**

Convocação para Reunião de Sócios
Ficam os Senhores sócios do **CENTRO INTEGRADO DE ESPECIALIDADES VETERINARIAS LTDA.** convidados a participarem, no dia 24 do mês de abril do ano de 2025, às 10h00 (dez horas), da Reunião de Sócios a ser realizada na sede da Sociedade, no Município de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua André Zanetti, nº 340, Bairro Vista Alegre, CEP 80.810-280, para tratarem da seguinte ordem do dia: (i) Aumento de Capital Social (cláusula 5ª) (ii) Extinção da filial de Ribeirão Preto/SP (cláusula 2ª, § 1º); (iii) Exclusão do § 4º. da Cláusula 8ª; e (iv) Assuntos Gerais da Sociedade.

Curitiba, 03 de abril de 2025.
EDGAR FRANCO RAMOS DE CARVALHO
Sócio Administrador



PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA

Praça Mirazinha Braga, 87 – Centro
CEP 83.750-000 – (41) 3547.8000
<https://lapa.atende.net>

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

A **Prefeitura Municipal da Lapa**, CNPJ 76.020.452/0001-05, torna público que recebeu do Instituto Água e Terra a Licença de Operação nº 22089, Validade 09/04/2023, para a atividade de exploração de saibro na localidade de Água Azul de Baixo, Lapa-PR.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES-EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06-NIRE nº41300295590
COMPANHIA ABERTA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL E EXTRAORDINÁRIA

Com fundamento no artigo 123, alínea “c”, da Lei nº 6.404/76, a Avangard de Asset Management, gestora de recursos representando acionistas detentores de 2.723.241 ações ordinárias (ON), equivalente a 8,51% do capital votante da Inepar S.A. Indústria e Construções-Em Recuperação Judicial, convoca os acionistas para a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a ser realizada em: **30 (trinta) de abril de 2025, às 10h00 m**, na sede social da Companhia, localizada na **Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 373, 13º andar, Centro, Curitiba, Paraná**, CEP 80410-180 a fim de deliberar sobre as seguintes matérias:

Ordem do Dia:

1. Deliberar sobre o aumento do número de membros do Conselho de Administração de 7 (sete) para 11(once) membros, nos termos do artigo 6º do Estatuto Social, com eleição de 4 (quatro) novos conselheiros a ser em indicados oportunamente via Boletim de Voto à Distância (BVD) para o cumprimento do mesmo mandato dos demais conselheiros da Companhia aser encerrado no exercício social de 2026.

2. Necessidade de aprovação prévia pelo Conselho de Administração de operações de venda de ativos (bens do ativo permanente e Unidades Produtivas Isoladas – UPIs) a serem realizadas pela Companhia, com a consequente adequação do Estatuto Social;

3. Adoção de diretrizes de governança do Nível 1 da B3 (artigo 1º, Parágrafo Único do Estatuto) e do Anexo 7.3 do Plano de Recuperação Judicial, incluindo percentual mínimo de conselheiros independentes e criação de comitês.

A convocação decorre do não atendimento pelo Conselho de Administração ao requerimento de 01/04/2025, nos termos do artigo 123, alínea “c”, da Lei nº 6.404/76, que assegurasse direito a acionistas com mais de 5% do capital votante. Documentos relacionados (declaração de participação e planilha) estão disponíveis na sede da companhia e no site da CVM (www.cvm.gov.br). O Boletim de Voto à Distância será disponibilizado até 23/04/2025, conforme Nível 1 da B3 e Instrução CVM 561. O Juízo da Recuperação Judicial será notificado.

Informações gerais sobre a participação nas Assembleias:

Participação do Acionista na Assembleia: A participação do Acionista poderá ser pessoal ou por procurador devidamente constituído, ou viaboletem de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam na Proposta da Administração.

Procuração: As procurações poderão ser outorgadas observado o disposto no art. 126 da Lei nº 6.404/76 e na Proposta da Administração. O representante legal do Acionista deverá comparecer às Assembleias munido da procuração e demais documentos indicados na Proposta da Administração, além de documento que comprove a sua identidade.

Boletim de Voto a Distância: Acionistas que optarem por votar via boletins devoto a distância deverão enviá-los, nos termos da Resolução CVM 81, por meio dos agentes de custódia dos (as) Acionistas, do escriturador das ações de emissão da Companhia ou do depositário central, onde as ações estejam depositadas ou, ainda, diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes na Proposta da Administração. Para o envio dos boletins diretamente à Companhia, conforme prazos e orientações constantes na Proposta da Administração, poderão ser enviados no endereço da sede social da Companhia até o dia 26/4/2025. Quando o boletim de voto à distância é assinado digitalmente por meio do certificado digital emitido por entidade credenciada pela CP-Brasil ou por meio de conta Gov. Nível Ouro, o acionista poderá, se preferir, enviar as vias digitalizadas do boletim e dos documentos referidos na proposta da administração para o endereço eletrônico ri@inepar.com.br. Encontra-se à disposição dos acionistas, na Diretoria de Relações com Investidores, localizada na sede social da Companhia, e nos endereços eletrônicos da Companhia (<http://www.inepar.com.br>), da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), toda a documentação pertinente à matéria que será deliberada nesta Assembleia Geral Extraordinária, nos termos da Resolução CVM 81 de 29 de março de 2022. São Paulo (SP), 09 de abril de 2025.

AVANGARD DE ASSET MANAGEMENT
LUCIANO EUGENIO DE FRANCA
Diretor Executivo de Gestão, Avangard de Asset Management

ALANA CANDIDA DE AVELAR FERREDES FILHO
Mário Cândido de Avelar Peres Filho
Diretor Executivo de Voto, Avangard de Asset Management

aviso de dispensa eletrônica n 17/2025 - processo n 632025 o município de sapopema pr, através do prefeito, por meio da secretaria municipal de turismo, indústria e comércio, e agente de contratação nomeada pela portaria nº 07/2024, realizará dispensa eletrônica, com critério de julgamento *menor preço por lote, valor global* na hipótese do art. 75, inciso ii, nos termos da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, decreto municipal, torna público que encontra-se a disposição dos interessados, à partir da data de publicação deste, o aviso de contratação direta para contratação de empresa especializada para a locação de estrutura para o 3º festival gastronômico no município de sapopema pr, a data de início para apresentação de proposta de preços será no dia 10/04/2025 às 08h à 28/04/2025 às 08h. o aviso completo encontra-se à disposição dos interessados no site www.pncp.gov.br, www.sapopema.pr.gov.br, <https://compras-br.com.br>, dúvidas e esclarecimentos através do email licitacoessapopema@yahoo.com.br, tel 08000904201. sapopema, 09 de abril de 2025. paulo maximiano de souza junior prefeito

AVISO PREGÃO ELETRONICO Nº 23/2025 - PROCESSO Nº 65/2025

O município de Sapopema-Pr, através do Prefeito municipal, por meio da Secretaria de transporte e serviços rodoviários, realizará Pregão Eletrônico, com critério de julgamento **Menor Valor Por Item**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, decretos Municipal e demais normas aplicáveis, torna público que se encontra a disposição dos interessados, a partir da data de publicação deste, o Edital visando a **Aquisição de combustíveis para a frota municipal do município de Sapopema-Pr**. Com vigência de 24(vinte e quatro) meses. Data de início para apresentação de Proposta de preços será no dia 10/04/2025 as 10:00 h à 30/04/2025 às 08:55 h. Abertura será dia 30/04/2025 as 09:00 h. O edital completo encontra-se à disposição dos interessados no site www.pncp.gov.br, www.sapopema.pr.gov.br, <https://comprasbr.com.br>, dúvidas e esclarecimentos através do e-mail licitacoessapopema@yahoo.com.br, Tel: 0800 090 4201. Sapopema, 09 de abril de 2025. Paulo Maximiano de Souza Junior-Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA – PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2025

Objeto: Aquisição de caminhão equipado com cesto aéreo, do tipo menor preço unitário por item.
Data: 25 de abril de 2025 / Horário: 09h00min.
Plataforma ComprasNet
<http://www.comprasgovernamentais.gov.br> – UASG:987915 – N.º 90021

O edital poderá ser obtido através do endereço eletrônico: <https://telemacoborba.atende.net/#!/tipo/servico/valor/8/padr/1/load/1>

Telêmaco Borba, 09 de abril de 2025.

Matilde Maria Bittencourt
Pregoeira

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

AVISO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 90005/2025

Objeto: Contratação de empresa para a execução de CRECHE TIPO 1 PADRAO FNDE, denominada como CMEI Cleovânize Totti Vitória, com recursos do programa 2629820240011 Novo PAC - FORMALIZAÇÃO - Creches e Escolas de Educação Infantil, proposta nº 26298002330/2023, Contrato de Repasse nº 962693/2024 FNDE, situado na Rua Rainha Vitória, nº 576, Loteamento Morada Nova, Bairro Vitória, com área total de 1514,30 m².

Local: Dois Vizinhos/PR

Unidade compradora: 987541 – MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS/PR

Modalidade da contratação: Concorrência

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, inciso II.

Tipo: Concorrência Eletrônica

Data de início de recebimento de propostas: 10/04/2025

Data fim de recebimento de propostas: 30/05/2025 as 9h00min (horário de Brasília).

Fonte: Compras.gov.br

O edital estará à disposição dos interessados no site www.doisvizinhos.pr.gov.br aba licitações.

Dois Vizinhos, 09 de abril de 2025.

Luis Carlos Turatto
Prefeito

Aponte a câmera do celular para o QR Code abaixo e acesse a página de Publicidade Legal do **BEM PARANÁ**.
Acesse também pelo do link:
<https://www.bemparana.com.br/publicidade-legal/>



AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 08/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16/2025

Comunicamos a quem possa interessar, que o edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2025, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota municipal, com fornecimento de peças de reposição e acessórios novos, fica modificado da seguinte forma:

1 - Fica retificado o texto constante no item 6.5.2 do edital – Qualificação Técnica, ficando na forma descrita no termo de referência, Anexo I do Edital:

Onde se lê: Possuir Licença para operação expedida pelo órgão ambiental, ou apresentar a Dispensa de Licença igualmente expedida pelo órgão competente, com prazo de validade em vigor; **Leia-se:** Possuir documento válido emitido pelo órgão ambiental competente, que ateste a regularidade ambiental do estabelecimento, notadamente no que tange a correta destinação de resíduos. De outra banda, sendo o estabelecimento dispensado de tal incumbência, pelo órgão competente, igualmente apresentar a comprovação;

2 - Permanecem inalteradas as demais condições do Edital; O presente adendo passa a fazer parte integrante do Pregão Eletrônico Nº. 08/2025, ficando ratificadas todas as demais Cláusulas e Condições, que não colidirem com as expressas na presente alteração, inclusive a manutenção da data e horário de abertura do certame.

São João do Triunfo, 09 de abril de 2025.

Maria Angélica Gabre Hallia - Secretária Municipal de Administração

COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA 11ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PROJUDI Avenida Cândido de Abreu, 535 - 11º andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-000 - Fone: 41 3222-2476 - Celular: (41) 99866-3548 - E-mail: onzeivel@gmail.com Autos nº. 0008390-32.2023.8.16.0001 EDITAL DE INTERDIÇÃO DE Davi de Almeida Garrett Zanicoti Processo: 0008390-32.2023.8.16.0001 Classe Processual: Interdição/Curatela Assunto Principal: Capacidade Valor da Causa: R\$1.000,00 Requerente(s): FRANCISCO ZANICOTTI (RG: 42941654 SSP/PR e CPF/CNPJ: 760.231.769-68) Rua João Angely, 93 - Bacacheri - CURITIBA/PR - CEP: 82.520-820 - E-mail: fernanda.zanicotti@gmail.com - Telefone(s): (41) 99603-7889 Marcia Maria Garrett Zanicoti (RG: 50364550 SSP/PR e CPF/CNPJ: 851.768.939-91) Rua João Angely, 93 - Bacacheri - CURITIBA/PR - CEP: 82.520-820 - E-mail: fernanda.zanicotti@gmail.com - Telefone(s): (41) 99603-7890 Requerido(s): Davi de Almeida Garrett Zanicoti (RG: 135943436 SSP/PR e CPF/CNPJ: 132.507.489-60) Rua João Angely, 93 - Bacacheri - CURITIBA/PR - CEP: 82.520-820 A Dra. DANIELLE MARIA BUSATO SACHET, MMª, Juíza de Direito da 11ª Vara Cível da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, a forma da lei, FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, cientificando a todos os interessados, que neste Juízo processou-se os autos de Curatela protocolo nº 0008390-32.2023.8.16.0001, em que é requerente FRANCISCO ZANICOTTI e Marcia Maria Garrett Zanicoti, sendo declarada por sentença a incapacidade relativa de Davi de Almeida Garrett Zanicoti, brasileiro, solteiro, nascido aos 01 de maio de 2004, estudante, portador do RG 13.594.343-6 e CPF 132.507.489-60, portador de Síndrome de Down, Residente e domiciliado no mesmo endereço abaixo indicada, portadora de Síndrome de Down, e a ele nomeada CURADOR(A) o Sr. Francisco Zanicoti, brasileiro, casado, nascido aos 09 de fevereiro de 1970, Promotor de Justiça do MPPR, portador do RG 4.294.165-4 e CPF 760.231.769-68 e a Sra. Márcia Maria Garrett Zanicoti, brasileira, casada, nascida aos 04 de fevereiro de 1971, educadora física, portadora do RG 5.036.455-0 e CPF 851.768.939-91, ambos residentes e domiciliados em Curitiba/PR, à Rua João Angely, n.º 93, bairro Bacacheri, CEP 82520-820. O curatela não poderá, por tempo indeterminado, praticar sozinho os seguintes atos de sua vida civil: os que importem administração ou disposição de bens/direitos de natureza patrimonial e negocial como compras, vendas e trocas rotineiras; compras, vendas e trocas não rotineiras (com a ressalva de que, quanto a bens móveis, imóveis, compras de maior valor, há necessidade de autorização judicial com fulcro nos artigos 1748. IV e 1749. I c/c 1774 todos do Código Civil); contratação e emissão de empregados; movimentação da conta bancária e operações mediante uso de cartão bancário ou cheque; encerramento e abertura de contas bancárias; contratação de empréstimos e representação perante instituição previdenciária. O presente edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal a que estiver vinculado o juízo e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma) vez, em órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. Dado e passado nesta cidade de Curitiba - PR, dezoito (18) do mês de março (03) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025). Eu (Jucelino Veloso), Escrevente Juramentado, o fiz digitar, conferi e subscrevo. DANIELLE MARIA BUSATO SACHET Juíza de Direito

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2025

www.bilcompras.org.br

O MUNICÍPIO DE AGUDOS DO SUL, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com a Lei nº. 14.133/21 e Decreto Municipal nº 161/23, encontra-se aberta a licitação sob a modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO – POR ITEM, para contratação do objeto abaixo descrito:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EMPILHADEIRA MOTORIZADA DESTINADA A GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA MAIS QUE ENERGIA DA ITAIPU BINACIONAL, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 4100301/2023 – ITAIPU BINACIONAL

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 13h00min do dia 10/04/2025 até às 13h00min do dia 05/05/2025.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 13h00min do dia 05/05/2025.

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DE DISPUTA DE LANCES: às 14h00min do dia 05/05/2025.

LOCAL: www.bilcompras.org.br - BLL

O Edital completo poderá ser retirado no Departamento de Compras e Licitações, das 8:00 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, nos dias úteis, na sede da Licitante, telefone (41) 3624-1808, nos sites www.bilcompras.org.br, www.agudosdosul.pr.gov.br, www.gov.br/pncp/pt-br ou por solicitação no e-mail licitacao@agudosdosul.pr.gov.br

GENEZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

SITA TRANSPORTE DE CARGAS S.A.
CNPJ N.º 78.759.701/0001-04
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a se realizar no dia 23 de abril de 2025, às 9h30min. (nove horas e trinta minutos), na sede social, situada na Rodovia Curitiba – Ponta Grossa, BR 277, n.º 125, bairro Mossunguê, em Curitiba (PR), a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação do Balanço Patrimonial e das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2024;
- Destinação do resultado do exercício findo;
- Fixação da remuneração global dos órgãos da Administração.

Curitiba, 10 de abril de 2025.

Conselho de Administração

CIA DE CIMENTO ITAMBÉ
CNPJ N.º 76.630.573/0001-60
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA e EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a se realizar no dia 23 de abril de 2025, às 9h (nove horas), na sede social, situada na Rodovia Curitiba – Ponta Grossa, BR 277, n.º 125, bairro Mossunguê, em Curitiba (PR), a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

I) Em Assembleia Geral Ordinária:

- Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação do Balanço Patrimonial e das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2024;
- Destinação do resultado do exercício findo;
- Fixação da remuneração global dos órgãos da Administração.

Curitiba, 10 de abril de 2025.

Conselho de Administração

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2025

O MUNICÍPIO DE AGUDOS DO SUL, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com a Lei nº. 14.133/2021 e legislação pertinente, encontra-se aberta a licitação sob a modalidade de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, para contratação do objeto abaixo descrito:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUTAR A OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UM BARRACÃO - UNIDADE DE VALORIZAÇÃO DE RECICLÁVEIS – UVR, EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA MAIS QUE ENERGIA DA ITAIPU BINACIONAL, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 4100301/2023 – ITAIPU BINACIONAL.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 13h00min do dia 09/04/2025 até às 13h00min do dia 27/05/2025.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 13h00min do dia 27/05/2025.

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DE DISPUTA DE LANCES: às 14h00min do dia 27/05/2025.

LOCAL: www.bilcompras.org.br - BLL

O Edital e seus anexos poderão ser retirados no Departamento de Compras e Licitações, das 8:00 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, nos dias úteis, na sede da Licitante, telefone (41) 3624-1808, no site www.bilcompras.org.br, no site www.agudosdosul.pr.gov.br, ou por solicitação no e-mail licitacao@agudosdosul.pr.gov.br

Agudos do Sul, PR, 08 de abril de 2025.

GENEZIO GONÇALVES DA LUZ
PREFEITO MUNICIPAL

BRADO LOGÍSTICA E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 12.341.618/0001-02 - NIRE Nº 41300080861

Edital de Convocação: Assembleia Geral Ordinária e

Extraordinária a ser Realizada em 30 de Abril de 2025

O Conselho de Administração da Brado Logística e Participações S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Emílio Bertolini, nº 100, Bloco A, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE 41.300.080.861, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.341.618/0001-02 ("Companhia"), vem, através de seu Presidente, Sr. Eudis Furtado Filho, convocar os Acionistas da Companhia para reunirem-se em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("Assembleias Gerais"), nos termos dos artigos 123 e 124, da Lei das Sociedades Anônimas, artigo 7º, §2º do Estatuto Social da Companhia e Cláusula 7.2 do Acordo de Acionistas da Companhia, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2025 (quarta-feira), às 09h00min, de forma exclusivamente digital, por meio de videoconferência via plataforma Microsoft Teams, as orientações e os dados para conexão na Plataforma Digital, incluindo a senha de acesso necessária, serão enviados aos acionistas que manifestarem interesse em participar remotamente por meio do e-mail governacorporativa@brado.com.br, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** 1) Análise e aprovação das contas dos administradores, do Balanço Patrimonial e das demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; 2) Análise e aprovação da proposta para destinação do resultado da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; 3) Eleição dos membros do Conselho de Administração para o exercício 2025 e respectivos suplentes. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1) Fixação da remuneração máxima global e anual dos Conselheiros Independentes e Externos da Companhia para o exercício social de 2025; 2) Fixação da remuneração máxima global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2025 e consignar que a remuneração dos administradores da Companhia se dará exclusivamente por meio da Brado Logística S.A. ("BRADO L"), subsidiária integral da Companhia. Atenciosamente, Curitiba, 08 de abril de 2025; Eudis Furtado Filho - Presidente do Conselho de Administração - Brado Logística e Participações S.A.

SIRAMA PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA.

CNPJ N.º 76.710.318/0001-28

ASSEMBLEIA DOS SÓCIOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convocados os senhores sócios a se reunirem em Assembleia dos Sócios, a se realizar no dia 22 de abril de 2025, às 14 (quatorze) horas, na sede social, situada na Rodovia Curitiba – Ponta Grossa, BR 277, n.º 125, bairro Mossunguê, em Curitiba (PR), a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação do Balanço Patrimonial e das demonstrações financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2024;
- Destinação do resultado do exercício findo e de lucros acumulados;
- Fixação da remuneração global dos órgãos da administração.
- Formalização das transferências de quotas da Sirama efetivadas pelos sócios identificados a seguir:

(a) 8.914.250 (oito milhões, novecentas e quatorze mil, duzentas e cinquenta) quotas de titularidade do Espólio de Elizabeth Vieira de Araujo Curti, partilhadas à sua herdeira Maria da Graça Araújo Curti;

(b) 575.754 (quinhentas e setenta e cinco mil, setecentas e cinquenta e quatro) quotas de titularidade do Espólio de João Luiz Slaviero de Quadros, partilhadas à sua herdeira Maria Helena Seiler Bettega;

(c) Aprovação da minuta da 69ª Alteração Contratual da Sirama contemplando as transferências de quotas tratadas no item antecedente, além de outras modificações de ordem cadastral, se necessárias.

Curitiba, 10 de abril de 2025.

Conselho de Administração



MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Estado do Paraná - Palácio São José

Secretaria Municipal de Governo

Comissão Permanente de Contratação

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA

CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2025

Processo nº 5571/2025

A Prefeitura Municipal de Paranaguá-Pr, através da Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego e Assuntos Sindicais, por meio da Comissão Permanente de Contratação, considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, Decreto Municipal 4319/2023 e a [Lei Municipal nº 3.650/2017, art. 3º](http://www.paranagua.pr.gov.br), torna público, que, através deste, realizará para fins de "Chamada Pública para Firmamento de relação de Cooperação, voltada a Viabilizar a Doação de Brindes para serem Sorteados (Premiação) na "Festa do Dia do Trabalhador" desta cidade de Paranaguá-Pr, evento do Calendário Oficial de Eventos do Município, a ser realizada no dia 1º de maio de 2025.

Os interessados deverão apresentar a documentação a partir do dia 10 (dez) de Abril de 2025 à 23 (vinte e três) de Abril de 2025, Sessão pública de Abertura: 23 (vinte e três) de Abril de 2025 às 09h:00 - recebimento dos envelopes até o horário e data de abertura da sessão, a serem entregues na Rua Júlia da Costa, 322 – Centro – Palácio São José – Paranaguá-Pr, 1º andar - Comissão Permanente de Licitação/Secretaria Municipal de Administração, das 08h:00 às 11h:00 e das 13h:00 às 18h:00. O inteiro teor do edital, poderá ser retirado no endereço e horário acima mencionado, também, através do site: www.paranagua.pr.gov.br – no link chamada pública. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos, deverão ser dirigidos à Comissão Permanente de Licitação, através do e-mail: cpl@paranagua.pr.gov.br ou através do telefone 41-3721-1810.

Paranaguá, 09 de abril de 2025

SHEILA DA ROSA MARIA

Comissão Permanente de Contratação

3350.6620



ITAMBÉ ENERGÉTICA S.A.

CNPJ nº 03.926.572/0001-94

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro de 2024

Ativo	Nota Explicativa	2024		2023	
		2024	2023	2024	2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.652	4.378		
Contas a receber de clientes	5	3.574	2.701		
Tributos a recuperar	6	2.320	191		
		11.546	7.270		
		212	244		
	7	212	244		
Imobilizado					
Total do ativo		11.758	7.514		

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$ mil)

Passivo e patrimônio líquido

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	2024		2023	
		2024	2023	2024	2023
Circulante					
Fornecedores	8	321	356		
Salários e encargos sociais a recolher		22	15		
Imposto de renda e contribuição social a recolher		324	329		
Outros tributos e contribuições		164	147		
Outras contas a pagar	9	1.035	1.571		
		1.866	2.418		
		1.866	2.418		
Total do passivo					
Patrimônio líquido					
Capital social	11	9.700	4.044		
Reserva de lucros		192	1.052		
		9.892	5.096		
		11.758	7.514		

Total do passivo e patrimônio líquido

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	Nota explicativa	2024		2023	
		2024	2023	2024	2023
Receita com comercialização de energia	13	32.600	39.360		
Custo com a comercialização de energia	14	(16.481)	(21.127)		
Lucro bruto		16.119	18.233		
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	14	(1.538)	(1.668)		
Outras receitas, líquidas	15	635	16		
Lucro operacional		15.216	16.581		
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	16	2.369	1.180		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		17.585	17.761		
Imposto de renda e contribuição social	17	(1.318)	(1.751)		
Lucro líquido do exercício		16.267	16.010		
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)	12	18	11		
Lucro líquido por ação do capital social no fim do exercício - R\$		917,95	1.440,53		

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto o lucro por ação)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Em 1º de janeiro de 2023	Nota explicativa	Reservas de lucros				Total
		Capital social	Legal	Lucros retidos	Lucros acumulados	
Lucro líquido do exercício		4.000	800	3.286	—	8.086
Aumento de capital	11.a	44	—	(44)	—	—
Destinação do lucro líquido do exercício						
Reserva legal		—	9	(9)	—	—
Dividendos propostos	11.c	—	—	—	(19.000)	(19.000)
Reserva de lucros	11.d	—	—	(2.990)	2.990	—
Em 31 de dezembro de 2023		4.044	809	243	—	5.096
Lucro líquido do exercício						
Aumento de capital	11.a	2.626	(809)	(243)	(1.575)	(1)
Aumento de capital	11.a	3.030	—	—	—	3.030
Destinação do lucro líquido do exercício						
Reserva legal		—	—	—	—	—
Dividendos propostos	11.c	—	—	—	(14.500)	(14.500)
Reserva de lucros	11.d	—	—	192	(192)	—
Em 31 de dezembro de 2024		9.700	—	192	—	9.892

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$ mil)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	Nota explicativa	2024		2023	
		2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício		16.267	16.010		
Outros resultados abrangentes		—	—		
Total do resultado abrangente do exercício		16.267	16.010		

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto o lucro por ação)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	Nota explicativa	2024		2023	
		2024	2023	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		17.585	17.761		
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo o caixa					
Depreciação	7	32	32		
Atualização monetária de impostos a recuperar	16	(75)	(40)		
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	(1)	(16)		
		17.541	17.737		
Varições nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes	5	(872)	(2.685)		
Impostos a recuperar	6	(2.055)	685		
Fornecedores	8	(35)	(173)		
Impostos, tributos, encargos e contribuições a recolher		17	47		
Salários e encargos		7	2		
Outras contas a pagar	9	(536)	(117)		
Caixa proveniente das operações		14.067	15.496		
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.323)	(1.721)		
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		12.744	13.775		
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Aumento do capital social	11.a	3.030	—		
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	11.c	(14.500)	(19.000)		
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(11.470)	(19.000)		
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		1.274	(5.225)		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	4.378	9.603		
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	5.652	4.378		
Transações que não afetaram o caixa					
Aumento do capital social com reservas de lucros	11.a	2.626	—		

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

(Em milhares de reais - R\$ mil)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Contexto Operacional

A Itambé Energética S.A. (a "Companhia") tem como atividade principal a comercialização de energia elétrica no mercado de livre negociação. Iniciou suas atividades em 12 de julho de 2000 e foi autorizada a operar pela Resolução nº 301, de 16 de agosto de 2000, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A Companhia mantém contratos de compra e venda de energia elétrica com as empresas Itá Energética S.A., (cuja vigência é até dezembro de 2032), COPEL Companhia Paranaense de Energia Elétrica, Engie Brasil Energia, Tradener Comercialização de Energia e com a controladora Cia de Cimento Itambé, cujo preço da energia contratada poderá ser reajustado anualmente pelos índices do IPCA e IGP-M. A Companhia é uma sociedade por ações, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Curitiba - PR.

A emissão e divulgação das demonstrações financeiras foi aprovada em reunião de Diretoria em 11 de março de 2025.

2. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000-R1 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC nº 1.255/09, em consonância com o pronunciamento técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição contrária.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, bem como o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

Continuidade operacional

Os Administradores têm, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. O resumo das políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia é como segue:

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2.4 Instrumentos financeiros - compensação

A Companhia possui apenas instrumentos financeiros básicos, conforme definido na seção 11 do CPC PME (R1). Um instrumento financeiro é um contrato que gera um ativo financeiro para uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento de dívida para outra entidade.

De acordo com a seção 11 do CPC PME (R1), os seguintes instrumentos financeiros devem ser classificados como instrumentos financeiros básicos:

a) Caixa e equivalentes de caixa.

Apresentado como custo amortizado.

b) Contas a receber e a pagar.

Estão reconhecidos pelo custo amortizado, que se aproxima do valor de mercado em razão de sua natureza de curto prazo.

Reconhecimento

A Companhia reconhece um ativo ou um passivo financeiro somente quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são mensurados com base no custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável.

Método da taxa de juros efetiva

Utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo, nos casos aplicáveis, todos os honorários pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas.

2.6 Imobilizações

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer provisão para perda por valor não recuperável de ativo acumulada, quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração excluindo custos de financiamentos.

A depreciação é calculada pelo método linear tendo como referência o valor do custo menos o valor residual e a vida útil remanescente. As estimativas de vidas úteis estão demonstradas conforme segue:

• Máquinas e equipamentos - 15 anos

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.7 Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Quando houver indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo (ou a unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) será testado. A perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso comparado com o valor contábil residual. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). Os ativos não financeiros que tenham sido reduzidos ao valor recuperável, com exceção do ágio, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por impairment na data do balanço.

2.8 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.9 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.10 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base nas determinações do Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelo Conselho de Administração.

2.11 Reconhecimento da receita de venda de energia

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de energia. A Companhia reconhece a receita quando: (i) na identificação dos contratos (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) com os clientes; (ii) quando puder identificar as obrigações de desempenho; (iii) quando puder determinar o preço da transação; (iv) quando puder alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; e (v) quando (ou à medida que) a Companhia satisfizer uma obrigação de desempenho.

A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.



ITAMBÉ ENERGÉTICA S.A.

CNPJ nº 03.926.572/0001-94

*continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

A tabela a seguir mostra os detalhes do fluxo de pagamentos dos passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2024:

Operação	2024			
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 2 a 5 anos	Total
Fornecedores	321	-	-	321
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2024	2023		
CDB (Certificado de depósito bancário)	-	1.855		1.855
Fundos de investimento - renda fixa (i)	5.514	39		5.553
Aplicação saldo conta-corrente (ii)	80	2.419		2.500
Conta-corrente	58	65		123
	5.652	4.378		

Referem-se, basicamente, a aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, composto, substancialmente, por:

(i) O saldo é composto por Fundos de Investimentos Financeiros - FIF, remunerados à taxa de 93,68% a 105,27% em 2024 (108,08% a 119,49% em 2023) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

(ii) Aplicações saldo conta-corrente à taxa de 70% em 2024 (70% em 2023) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em compromissos de terceiros.

	2024	2023
Duplicatas a receber	4.581	3.709
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.007)	(1.008)
	3.574	2.701

Os vencimentos das contas a receber são apresentados a seguir:

	2024	2023
À vencer	3.574	2.701
Vencidos há mais de seis meses	1.007	1.008
	4.581	3.709

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa do contas a receber de clientes da Companhia é a seguinte:

	2024	2023
No início do exercício	(1.008)	(1.024)
Reversão de provisão para crédito de liquidação duvidosa	1	16
No final do exercício	(1.007)	(1.008)

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2024	2023
COFINS (i)	2.102	-
PIS (i)	12	-
Contribuição social (ii)	58	54
Imposto de renda (ii)	148	137
	2.320	191

	2024	2023
Ativo Circulante	2.320	191
Não Circulante	-	-

(i) Refere-se ao trânsito em julgado da ação 5052092-42.2015.4.04.7000, ocorrido em outubro de 2024, referente a tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras e não operacionais no montante de R\$ 2.114 para os períodos de competência de 02/2001 a 11/2002 (PIS) e 01/2004 (COFINS).

(ii) Refere-se a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário.

7. IMOBILIZADO

	2024	2023
Máquinas e equipamentos		
Em 31 de dezembro de 2023		
Custo	311	
Depreciação acumulada	(67)	
Saldo contábil, líquido	244	

	2024	2023
Em 31 de dezembro de 2024		
Saldo inicial	244	
Transferência custo	-	
Depreciação	(32)	
Saldo contábil, líquido	212	

	2024	2023
Em 31 de dezembro de 2024		
Custo	311	
Depreciação acumulada	(99)	
Saldo contábil, líquido	212	
Taxa anual média de depreciação - %	10	

8. FORNECEDORES

	2024	2023
Fornecedor de energia elétrica	321	356
	321	356

O prazo médio de pagamento em 2024 foi de aproximadamente 14 dias (2023 foi de 16 dias).

9. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2024	2023
Compra de energia elétrica	1.035	1.571
	1.035	1.571

10. PROVISÃO PARA RISCOS

A Administração, baseada na opinião dos assessores jurídicos externos, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas decorrentes de processos em virtude de ser remota ou possível a possibilidade de ocorrência de qualquer desembolso. Em 31 de dezembro de 2024, os processos cujas probabilidades de perdas são classificadas como possível pelos assessores jurídicos externos, somam R\$ 179 (R\$ 156 em 2023) e são de natureza tributária.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social
Conforme 24ª Assembleia Geral Extraordinária de 23 de abril de 2024 foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 5.656 mediante a capitalização de parte das reservas de lucros no total de R\$ 2.626 e aporte feito pela Controlada Cia. de Cimento Itambé no total de R\$ 3.030 mediante emissão de 6.607 novas ações, passando de R\$ 4.044 para R\$ 9.700, e de 11.114 ações ordinárias para 17.721 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, tendo a Cia. de Cimento Itambé 100% do capital social da Companhia.

b) Reserva legal
A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c) Dividendos propostos
Aos acionistas são destinados dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, conforme determina o Estatuto Social em vigor e disposição do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Na 40ª Reunião do Conselho de Administração de 28 de novembro de 2024, foi aprovada a distribuição de dividendos totais no valor de R\$ 14.500 (R\$ 19.000 em 2023) pagos em 05 de dezembro de 2024.

d) Reserva de lucros
Refere-se à reserva constituída pela apropriação de lucros remanescentes da Companhia após as destinações, conforme previsto em Lei.

12. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido com os montantes utilizados para calcular o lucro por ação:

	2024	2023
Lucro líquido alocado disponível para os acionistas em milhares de R\$	16.267	16.010
Quantidade de ações ordinárias	17.721	11.114
Lucro por ação - em R\$	918	1.441

13. RECEITA COM COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

	2024	2023
Receita bruta de venda de energia	33.888	40.851
(-) Impostos sobre comercialização de energia	(1.288)	(1.491)
	32.600	39.360

14. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	2024	2023
Custos com a comercialização de energia	(15.895)	(20.780)
Salários e encargos sociais	(675)	(651)
Serviços de terceiros	(240)	(295)
Depreciação	(32)	(32)
Custos compartilhados (i)	(324)	(315)
Outras receitas (despesas) gerais	(853)	(722)
	(18.019)	(22.795)

	2024	2023
Custos com a comercialização de energia	(16.481)	(21.127)
Despesas compartilhadas (i)	(588)	(628)
Despesas gerais e administrativas	(950)	(1.040)
	(18.019)	(22.795)

(i) Refere-se ao reembolso das despesas corporativas compartilhadas realizadas pela parte relacionada Cia. de Cimento Itambé.

15. OUTRAS RECEITAS, LÍQUIDAS

	2024	2023
Operacionais	634	-
Recuperação de processos judiciais (i)	1	16
Recuperação de créditos de liquidação duvidosa	635	16

(i) Refere-se ao trânsito em julgado da ação da Itambé Energética S.A. de PIS e COFINS sobre receitas financeiras e não operacionais em outubro de 2024, cujo desfecho final foi de parcial procedência, reconhecendo a inexigibilidade das contribuições sob a égide do art. 3º da Lei nº 9.718/98, até o advento das Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003.

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

16. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	877	1.246
Atualização monetária de impostos a recuperar	75	40
PIS e COFINS s/receitas financeiras (i)	1.420	-
Despesas financeiras	(3)	(106)
	2.369	1.180

(i) Refere-se ao trânsito em julgado da ação 5052092-42.2015.4.04.7000 de PIS e COFINS sobre receitas financeiras e não operacionais nos períodos de fevereiro de 2001 a novembro de 2002 (PIS) e janeiro de 2004 (COFINS), valor principal R\$ 2.054, sendo R\$ 634 reconhecido na rubrica de outras receitas líquidas. A expectativa de realização será em 2025, a decisão judicial autorizou a compensação dos valores, que pode ser levada a efeito com as demais contribuições arrecadadas pela Receita Federal, excetuadas as previdenciárias

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2024	2023
Imposto de renda pessoa jurídica	(873)	(1.130)
Contribuição social de pessoa jurídica	(445)	(621)
	(1.318)	(1.751)

	2024	2023
Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)		
Receita bruta de vendas	33.888	40.851
Lucro presumido vendas - 8%	2.711	3.268
Receita financeira	877	1.249
Base de cálculo para IRPJ	3.588	4.517
Imposto de renda - 15%	538	678
Imposto de renda adicional - 10%	335	428
Outros	-	25
Total do Imposto de renda pessoa jurídica	873	1.130

	2024	2023
Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)		
Receita bruta de vendas	33.888	40.851
Lucro presumido vendas - 12%	4.067	4.902
Receita financeira	877	1.249
Base de cálculo para CSLL	4.944	6.151
Contribuição social - 9%	445	554
Outros	-	67
Total da contribuição social - 9%	445	621
Total do imposto de renda e da contribuição social	1.318	1.751

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Remuneração do pessoal-chave da Administração
A remuneração paga aos Conselheiros e Diretores, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, totalizou R\$ 536 (R\$ 505 em 2023).

Compra de energia elétrica
As operações com compra de energia elétrica entre partes relacionadas no exercício de 2024 foi de R\$ 2.636 (R\$ 2.629 em 2023).

	2024	2023
Itá Energética S.A. (i)	2.636	2.629
	2.636	2.629

(i) Refere-se à compra de energia elétrica pela Companhia ao preço e prazo estabelecidos com a Itá Energética.

Venda de energia elétrica
As operações com venda de energia elétrica entre partes relacionadas no exercício de 2024 foi de R\$ 29.690 (R\$ 39.159 em 2023).

	2024	2023
Cia. de Cimento Itambé (i)	29.690	39.159
	29.690	39.159

(i) Refere-se à venda de energia elétrica para a Cia. de Cimento Itambé em condições definidas entre as partes.

Rateio de despesas administrativas
Refere-se ao reembolso dos gastos corporativos compartilhados realizados pela Controladora Cia. de Cimento Itambé em 2024 no valor de R\$ 912 (R\$ 943 em 2023).

Saldos do fim do exercício decorrentes de operações com partes relacionadas
Contas a receber de partes relacionadas

	2024	2023
Cia. de Cimento Itambé - Venda de energia elétrica	3.574	2.701
	3.574	2.701

Contas a pagar de partes relacionadas

	2024	2023
Itá Energética S.A. - Compra de energia elétrica	1.035	1.571
	1.035	1.571

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cláudio Gomes Slaviero Conselheiro-Presidente	Alexandre Chueri Neto Conselheiro	Emílio Batista Gomes Conselheiro	Luiz Vilar de Carvalho Conselheiro	Marcos Slaviero Filho Conselheiro	Nelson Luis Slaviero Conselheiro
Rosângela de Araújo Berneck Conselheira	Rubens Slaviero Filho Conselheiro	Selma Cristina Moreira Malucelli Conselheira	Sérgio Slaviero Conselheiro	Thais Araújo Gomes Caleme Conselheira	

DIRETORIA

Luis Sergio Gandolfi Diretor-Superintendente	Fábio Luiz Monteiro Garcia Diretor	Rodrigo Pereira Dias Diretor	Jefferson Bednarz Biehl CRC PR-041380/O-2
--	--	--	---

CONTADOR

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Diretores e Acionistas da Itambé Energética S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Itambé Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itambé Energética S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)/CPC para PME (R1)).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase
Saldos e transações com partes relacionadas
Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras, a qual descreve que a Companhia realiza transações com partes relacionadas em montantes significativos e em condições específicas definidas entre as partes. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil,

aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)/CPC para PME (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os administradores a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



SITA TRANSPORTE DE CARGAS S.A.

CNPJ nº 78.759.701/0001-04

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro de 2024

Ativo	Nota Explicativa	2024		2023	
		2024	2023	2024	2023
Circulante					
Caixa e equivalentes caixa	5	3.835	3.905		
Contas a receber de clientes	6	3.384	3.272		
Estoques		177	152		
Tributos a recuperar	7	1.237	1.181		
Outras contas a receber	8	506	477		
		<u>9.139</u>	<u>8.987</u>		
Não circulante					
Depósitos judiciais	12.a	614	573		
		<u>614</u>	<u>573</u>		
Investimento	9	754	682		
Imobilizado	10	7.034	5.857		
		<u>8.402</u>	<u>7.112</u>		
Total do ativo		<u>17.541</u>	<u>16.099</u>		

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Saldo em 1º de janeiro de 2023	Nota Explicativa	Capital social	Reserva de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Incentivos fiscais	Reserva legal	Retenção de lucros	Total		
Lucro líquido do exercício		8.409	15	1.682	1.956		12.062	10.567
Destinação do lucro líquido do exercício								
Dividendos propostos	13.c					(9.500)	(9.500)	
Reserva de retenção de lucros					1.067	(1.067)		
Saldo em 31 de dezembro de 2024		8.409	15	1.682	3.023	-	13.128	5.747
Lucro líquido do exercício								
Destinação do lucro líquido do exercício								
Dividendos propostos	13.c					(4.000)	(4.000)	
Reserva de retenção de lucros					1.747	(1.747)		
Saldo em 31 de dezembro de 2024		8.409	15	1.682	4.770	-	14.876	-

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Contexto Operacional

A Sita Transporte de Cargas S.A. ("Companhia") tem como atividade principal a prestação de serviços de transportes rodoviários de cargas. Iniciou suas atividades em 11 de abril de 1985.

A Companhia é uma sociedade por ações, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Curitiba - PR.

A emissão e divulgação das demonstrações financeiras foi aprovada em Reunião de Diretoria em 11 de março de 2025.

2. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC nº 1.255/09, em consonância com o pronunciamento técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no final de cada período de relatório, os quais são mensurados ao valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

Continuidade operacional

Os Administradores têm, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

O resumo das políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia é como segue:

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2.4. Instrumentos financeiros - compensação

A Companhia possui apenas instrumentos financeiros básicos, conforme definido na seção 11 do CPC PME (R1). Um instrumento financeiro é um contrato que gera um ativo financeiro para uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento de dívida para outra entidade.

De acordo com a seção 11 do CPC PME (R1), os seguintes instrumentos financeiros devem ser classificados como instrumentos financeiros básicos:

- a) Caixa e equivalentes de caixa.
- Apresentado como custo amortizado.
- b) Contas a receber e a pagar.

Estão reconhecidos pelo custo amortizado, que se aproxima do valor de mercado em razão de sua natureza de curto prazo.

Reconhecimento

A Companhia reconhece um ativo ou um passivo financeiro somente quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são mensurados com base no custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável.

Método da taxa de juros efetiva

Utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo, nos casos aplicáveis, todos os honorários pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros

efetiva, custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

2.5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas.

2.6. Imobilizações

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue:

Ativo	Anos
Veículos	15
Móveis e utensílios	15
Máquinas e equipamentos	10

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

2.7. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à depreciação ou amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os ativos que têm vida útil definida são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC - Unidades Geradoras de Caixa).

2.8. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.10. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base nas determinações do Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelo Conselho de Administração.

2.11. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, abatimentos e descontos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) na identificação dos contratos (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) com os clientes;

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	Nota Explicativa	2024		2023	
		2024	2023	2024	2023
Receita de prestação de serviços	15	69.905	71.738		
Custo dos serviços prestados	16	(58.958)	(56.378)		
Lucro bruto		<u>10.947</u>	<u>15.360</u>		
Despesas gerais e administrativas	16	(3.008)	(2.985)		
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	(27)	19		
Resultado de equivalência patrimonial	9.c	72	102		
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>7.984</u>	<u>12.496</u>		
Receitas financeiras	18	592	1.039		
Despesas financeiras	18	(30)	(225)		
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	18	<u>562</u>	<u>814</u>		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>8.546</u>	<u>13.310</u>		
Imposto de renda e contribuição social correntes	19.b	(2.620)	(2.743)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.c	(179)	-		
Lucro líquido do exercício		<u>5.747</u>	<u>10.567</u>		
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)		<u>8</u>	<u>8</u>		
Lucro líquido, básico e diluído, por ação do capital social no fim do exercício - R\$		<u>752</u>	<u>1.382</u>		

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	Nota Explicativa	2024		2023	
		2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício		<u>5.747</u>	<u>10.567</u>		
Outros resultados abrangentes		-	-		
Total do resultado abrangente do exercício		<u>5.747</u>	<u>10.567</u>		

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	Nota Explicativa	2024		2023	
		2024	2023	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		8.546	13.310		
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo o caixa					
Depreciação	10	723	601		
Atualização monetária dos depósitos judiciais		(41)	178		
(Reversão) provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	-	(1)		
Resultado de equivalência patrimonial	9.c	(72)	(102)		
		<u>9.156</u>	<u>13.986</u>		
Variáveis nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes	6	(112)	(1.937)		
Estoques		(25)	47		
Tributos a recuperar	7	(56)	113		
Outras contas a receber	8	(30)	(230)		
Fornecedores	11	55	713		
Outros tributos e contribuições		(144)	168		
Salários e encargos		1	15		
Outras contas a pagar e adiantamento de clientes		5	(23)		
Caixa proveniente das operações		<u>8.850</u>	<u>12.852</u>		
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(3.020)</u>	<u>(2.485)</u>		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>5.830</u>	<u>10.367</u>		
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de bens do ativo imobilizado	10	(1.900)	(429)		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(1.900)</u>	<u>(429)</u>		
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	13.c	(4.000)	(9.500)		
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		<u>(4.000)</u>	<u>(9.500)</u>		
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		(70)	438		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	3.905	3.467		
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	<u>3.835</u>	<u>3.905</u>		

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

(ii) quando puder identificar as obrigações de desempenho; (iii) quando puder determinar o preço da transação; (iv) quando puder alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; e (v) quando (ou à medida que) a Companhia satisfizer uma obrigação de desempenho.

Venda de serviços de frete

A receita de contratos de prestação de serviços de frete por preço fixo é, em geral, reconhecida no período em que os serviços são prestados, reconhecendo a receita conforme a realização da prestação do serviço de frete.

Receitas financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.12. Imposto de renda e contribuição social

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social correntes. O imposto de renda é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. Em 2024 a Companhia apurou o imposto de renda e contribuição social pelo regime de lucro real (em 2023 lucro presumido).

2.13. Novos pronunciamentos ou interpretações técnicas

Não há novos pronunciamentos ou interpretações do pronunciamento técnico CPC PME (R1) vigentes a partir de 2024 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

A seguir são apresentados os principais julgamentos efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis e que mais podem afetar os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

a) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à depreciação ou amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os ativos que têm vida útil definida são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC - Unidades Geradoras de Caixa).

continua →



SITA TRANSPORTE DE CARGAS S.A.

CNPJ nº 78.759.701/0001-04

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão do risco de capital
Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital adequada para minimizar os custos a ela associados.

	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	3.835	3.905
b) Categorias de instrumentos financeiros		

	2024	2023
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	3.835	3.905
Custo amortizado	3.835	3.905
Contas a receber	3.384	3.272
Outras contas a receber	506	477
	3.890	3.749
	7.725	7.654

	2024	2023
Passivos conforme o balanço patrimonial		
Outros passivos financeiros		
Fornecedores	1.850	1.795
	1.850	1.795

c) Gerenciamento de risco
A Companhia não realiza operações envolvendo instrumentos financeiros com a finalidade especulativa.

d) Risco de taxa de juros
A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo indexadas ao CDI, as quais estão expostas a flutuações nas taxas de juros. A Companhia não possui contratos de derivativos para se proteger contra esse risco devido à alta liquidez desses instrumentos.

e) Risco de mercado
A Companhia está exposta aos riscos de mercado decorrentes de suas atividades comerciais.

f) Risco de moeda estrangeira
A Companhia não está sujeita a mudanças significativas como resultado dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras.

g) Gestão do risco de liquidez
A Administração da Companhia elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra os detalhes do fluxo de pagamentos dos passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2024:

Operação	2024		
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 2 a 5 anos
Fornecedores	1.850	-	-
	1.850	-	-

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa e bancos	64	71
Certificado de depósito bancário - (CDB) (i)	1.040	2.547
Fundos de créditos (ii)	1.883	57
Aplicação saldo conta corrente (iii)	848	1.230
	3.835	3.905

Referem-se, basicamente, a aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, composto, substancialmente, por:

(i) Certificados de depósito bancário foram remunerados à taxa de 101,50% (102,25% em 2023) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e podem ser resgatados imediatamente sem penalidade de juros.

(ii) O saldo atual é composto por Fundos de Investimentos Financeiros - FIF, remunerados à taxa que variam de 101,86% a 113,64% (105,24% a 120,53% em 2023) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

(iii) Aplicação saldo conta corrente remunerada à taxa de 70% (70% em 2023) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em compromissadas de terceiros.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2024	2023
Contas a receber de clientes	787	758
Contas a receber de parte relacionada (i)	2.753	2.670
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(156)	(156)
	3.384	3.272

(i) O saldo de contas a receber no valor de R\$ 2.753 (R\$ 2.670 em 2023) de parte relacionada refere-se aos serviços de transportes rodoviários de carga prestados à Cia. de Cimento Itambé conforme apresentado na nota explicativa nº 20.b.

A análise do vencimento dos saldos das contas a receber de clientes, exceto com partes relacionadas, é apresentada a seguir:

	2024	2023
A vencer	631	602
Vencidos há mais de seis meses	156	156
	787	758

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa das contas a receber de clientes são as seguintes:

	2024	2023
No início do exercício	(156)	(157)
Reversão provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	1
No final do exercício	(156)	(156)

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2024	2023
PIS (i)	-	33
COFINS	-	153
IRPJ (ii)	753	700
CSLL (iii)	448	255
CIAP	36	40
	1.237	1.181

(i) Refere-se ao processo de indêbita da exclusão do ICMS na base do PIS e da COFINS.
(ii) Refere-se substancialmente ao processo de incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic em razão de repetição de indêbita tributário.

8. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	2024	2023
Adiantamentos diversos (fornecedores, salários)	500	406
Controverso Processo BACEN	-	42
Outras contas a receber	6	29
	506	477

9. INVESTIMENTO

	2024	2023
a) Composição do saldo		
Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda.	560	582
Rio Bonito Soluções Ambientais Ltda.	194	100
	754	682

b) Informações sobre investimentos em 31 de dezembro de 2024

	Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda.	Rio Bonito Soluções Ambientais Ltda.	Total
Patrimônio líquido			
Capital social	57.514	4.123	61.637
Reservas de lucros	28.578	15.286	43.864
Total do patrimônio líquido	86.092	19.409	105.501
Lucro líquido do exercício	7.730	9.436	17.166
Percentual de participação no capital total - %	0,65	1,00	

c) Evolução dos investimentos em 2024

	Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda.	Rio Bonito Soluções Ambientais Ltda.	Total
Em 31 de dezembro de 2022	499	82	581
Resultado de equivalência patrimonial	83	18	101
Em 31 de dezembro de 2023	582	100	682
Resultado de equivalência patrimonial	(22)	94	72
Em 31 de dezembro de 2024	560	194	754

Em 2024, a investida Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda. apresentou equivalência patrimonial negativa decorrente da redução na participação, tendo em vista o aporte de capital realizado pela controladora Cia de Cimento Itambé na investida.

d) Outras informações sobre os investimentos
Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda.

Em 12 de novembro de 2019, a Companhia e a parte relacionada Cia. de Cimento Itambé, constituíram investimento na Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda., que tem por objeto social a administração de bens exclusivamente próprios, compreendendo a compra e venda e a locação de bens imóveis próprios; a incorporação de empreendimentos imobiliários; o cultivo de mudas em viveiros florestais; a extração de madeiras em florestas plantadas; o comércio atacadista de madeira e produtos derivados; atividades de apoio à produção florestal e a participação no capital social de outras empresas, como investidora, acionista ou quotista. A Companhia participa com 0,65% (1% em 2023) no capital da Novo Horizonte Administração de Bens Próprios Ltda.

Rio Bonito Soluções Ambientais Ltda.

Em 6 de fevereiro de 2013, a Companhia constituiu investimento na Rio Bonito Soluções Ambientais Ltda., que tem como atividades a prestação de serviços de coprocessamento, mistura e pré-condicionamento de resíduos com finalidade de destinação final; serviços de gestão de resíduos; serviços de licenciamento ambiental; serviços de análises laboratoriais; e, comércio atacadista de resíduos e sucatas. A Companhia participa com 1% no capital da Rio Bonito Soluções Ambientais Ltda.

10. IMOBILIZADO

Em 31 de dezembro de 2023

	Veículos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Imóveis em andamento	Total
Saldo inicial	4.976	322	700	31	6.029
Aquisições	-	9	420	-	429
Transferência	-	-	31	(31)	-
Depreciação	(498)	(28)	(75)	-	(601)
Saldo contábil, líquido	4.478	303	1.076	-	5.857

Em 31 de dezembro de 2023

	Veículos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Imóveis em andamento	Total
Custo	10.942	390	1.341	-	12.673
Depreciação acumulada	(6.464)	(87)	(265)	-	(6.816)
Saldo contábil, líquido	4.478	303	1.076	-	5.857

Em 31 de dezembro de 2024

	Veículos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Imóveis em andamento	Total
Saldo inicial	4.478	303	1.076	-	5.857
Aquisições	1.545	1	26	328	1.900
Transferência	-	5	152	(157)	-
Depreciação	(590)	(27)	(106)	-	(723)
Saldo contábil, líquido	5.433	282	1.148	171	7.034

Em 31 de dezembro de 2024

	Veículos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Imóveis em andamento	Total
Custo	12.487	396	1.519	171	14.573
Depreciação acumulada	(7.054)	(114)	(371)	-	(7.539)
Saldo contábil, líquido	5.433	282	1.148	171	7.034

Taxa anual média de depreciação - %

	Veículos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Imóveis em andamento	Total
	5	7	7	-	

11. FORNECEDORES

Fornecedores de materiais e serviços

	2024	2023
Fretes	1.160	1.485
	1.850	1.795

O prazo médio de pagamento em 2024 foi de aproximadamente 23 dias (2023 foi de 16 dias).

12. PROVISÃO PARA RISCOS

a) Depósitos judiciais
A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais.

Os valores apresentados no balanço da Companhia sob as rubricas de depósito judicial (ativo) e provisão para riscos (passivo) são apresentados pelo valor líquido.

	2024	2023
Provisão Depósitos judiciais (i) Líquido	(41)	(573)
	(41)	(573)

(i) Refere-se substancialmente ao depósito judicial relativo ao processo de exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS no valor de R\$ 614 (R\$ 573 em 2023), no qual a Companhia obteve êxito no trânsito em julgado e aguarda a liberação para sua liquidação.

b) Riscos Possíveis
Em 31 de dezembro de 2024, os processos cuja probabilidade de perda classificada como possível pelos assessores jurídicos externos é de R\$ 278 (R\$ 281 em 2023) e são de natureza tributária.

Para tais processos não há provisão constituída, conforme estabelecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social
O capital social, subscrito e integralizado, é de R\$ 8.409, dividido em 7.647 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, cujo principal acionista, com 99,87% do capital social, é a Siraam Participações Societárias Ltda.

b) Reserva legal
A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c) Dividendos propostos
Conforme determina o Estatuto Social em vigor e disposição do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 25% do lucro líquido apurado após a constituição de reserva legal. Na 80ª Reunião do Conselho de Administração de 28 de novembro de 2024, foi aprovada a distribuição de dividendos totais no valor de R\$ 4.000 aos acionistas (R\$ 9.500 em 2023) pagos em 05 de dezembro de 2024.

d) Reserva de retenção de lucros
Refere-se à reserva constituída pela apropriação de lucros da Companhia, conforme previsto em Lei.

14. LUCRO POR AÇÃO
A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido com os montantes utilizados para calcular o lucro por ação:

	2024	2023
Lucro Líquido alocado disponível para os acionistas em milhares de R\$	5.747	10.567
Quantidade de ações ordinárias	7.647	7.647
Lucro por ação - em R\$	752	1.382

15. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2024	2023
Receita bruta dos serviços prestados de frete	82.197	78.345
(-) Impostos sobre serviços prestados	(12.292)	(6.607)
	69.905	71.738

16. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	2024	2023
Custo dos serviços prestados		
Gastos com pessoal	20	7
Serviços de frete (i)	35.801	34.421
Combustíveis	19.644	18.412
Depreciação	699	604
Outros custos	2.794	2.934
	58.958	56.378

(i) Refere-se aos serviços de transporte prestados por transportadoras contratadas.

Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Gastos com pessoal	682	656
Despesas gerais	3	3
Despesas compartilhadas (i)	2.193	2.125
Outras despesas	130	201
	3.008	2.985

(i) Refere-se ao reembolso das despesas corporativas compartilhadas realizadas pela parte relacionada Cia de Cimento Itambé.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	2024	2023
Operacionais		
Revenda de materiais	13	22
Recuperação de processos judiciais	13	-
Outras Receitas (Despesas)	(53)	(3)
	(27)	19

18. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	2024	2023
Rendimentos de aplicações financeiras	447	957
Controverso processo BACEN	-	42
Descontos obtidos	7	13
Rendimentos s/títulos	6	7
Variação monetária ativa	132	20
Total de receitas financeiras	592	1.039
Variação monetária passiva	-	(177)
Outras despesas financeiras	(30)	(48)
Total de despesas financeiras	(30)	(225)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	562	814

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Composição dos saldos de tributos na demonstração do resultado

	2024	2023
Imposto de renda - corrente	1.920	1.803
Contribuição social - corrente	700	940
	2.620	2.743

Imposto de renda - diferido

	2024	2023
Contribuição social - diferido	132	-
	47	-
	179	-
	2.799	2.743

Despesa de imposto de renda e contribuição social

b) Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social corrente
Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado em 31 de dezembro de 2024 apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

Apuração pelo regime de Lucro Real



SITA TRANSPORTE DE CARGAS S.A.

CNPJ nº 78.759.701/0001-04

★ continuação

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Augusto Slaviero
Conselheiro-Presidente

Alexandre Chueri Neto
Conselheiro

Nelson Luis Slaviero
Conselheiro

Claudio Gomes Slaviero
Conselheiro

Newton Slaviero Junior
Conselheiro

Edy Gomes Slaviero
Conselheira

Sérgio Slaviero
Conselheiro

Luiz Vilar de Carvalho
Conselheiro

Thais Araujo Gomes Caleme
Conselheira

Maria Lúcia Araújo de Matos
Conselheira

Virgílio Moreira Filho
Conselheiro

DIRETORIA

Luis Sergio Gandolfi
Diretor-Superintendente

Márcio Ferreira Lobo
Diretor

Ricardo Corrêa Israel
Diretor

CONTADOR

Jefferson Bednarz Biehl
CRC PR-041380/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da
Sita Transporte de Cargas S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sita Transporte de Cargas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sita Transporte de Cargas S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)/CPC para PME (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Saldos e transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 20 às demonstrações financeiras, a qual descreve que a Companhia realiza transações com partes relacionadas em montantes significativos e em condições específicas definidas entre as partes. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)/CPC para PME (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o

proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os administradores a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 12 de março de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Bernardo Calabria Etcheverry

Contador

CRC nº 1 RS 070250/O-8

Deloitte.

Reservas: (41) 3350-6620

OS INVESTIDORES ESTÃO DE OLHO NOS SEUS GASTOS. ATÉ MESMO O GASTO COM ESTE ANUNCIO.

- melhor custo/benefício
- busca/entrega do material
- produção da arte do material

BEM PARANÁ